

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

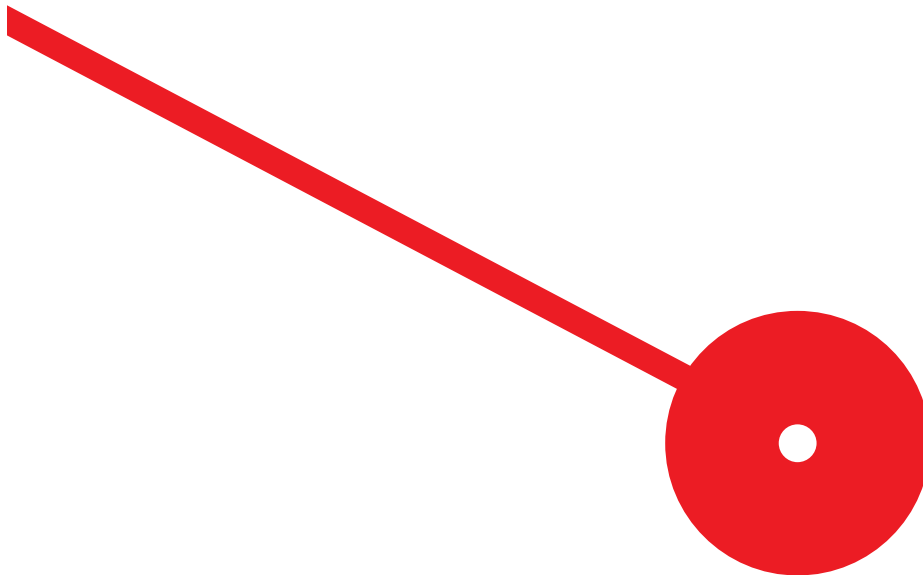
M

MESTRADO
TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO ESPECIALIZADAS

Relatório de Estágio no Parlamento Europeu

Mariana da Silva Teixeira

10/2025

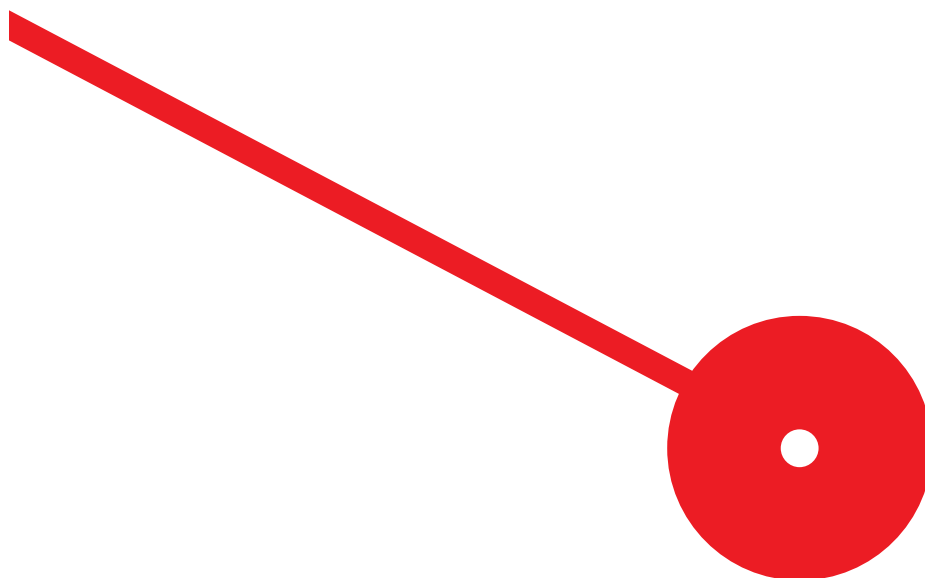




Relatório de Estágio no Parlamento Europeu

Mariana da Silva Teixeira

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Tradução e Interpretação Especializadas, sob orientação da Professora Especialista Susana Pinto.



Dedicatória

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e por acreditarem sempre nos meus sonhos, desde o início.

À minha irmã, Diana, pelo incentivo constante para que eu seja um exemplo para ela.

Ao meu namorado, por todos os esforços que fez para estarmos juntos ao longo deste tempo.

À Prof.^a Dr.^a Susana Pinto, minha orientadora de estágio, pelo acompanhamento atento e apoio constante ao longo da minha licenciatura e do mestrado.

Agradecimentos

A toda a equipa da Unidade de Tradução Portuguesa do Parlamento Europeu, pelo acolhimento caloroso e pelos ensinamentos partilhados ao longo destes cinco meses de estágio.

Um agradecimento especial ao meu tutor, Ricardo, pelo acompanhamento próximo e constante apoio; à Chefe de Unidade, Helena Costa; à Alexandra e à Marta, pela paciência e partilha de conhecimento que tanto enriqueceram o meu percurso.

À minha Eugénia e à minha Vivi, agradeço o carinho de sempre, que me deu força nos momentos de ansiedade.

Por fim, aos amigos que tive o privilégio de fazer ao longo desta experiência, obrigada por se tornarem uma verdadeira casa a quilómetros de distância.

Resumo:

O presente relatório descreve e reflete a experiência de Estágio Schuman realizado na Unidade de Tradução Portuguesa do Parlamento Europeu, no Luxemburgo, entre março e julho de 2025, no âmbito do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas (MTIE) do ISCAP – P.PORTO. Durante cinco meses, foi possível aplicar conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado, aprofundar competências em tradução e terminologia, bem como desenvolver novas capacidades no contexto institucional europeu.

O relatório apresenta o enquadramento da instituição, a organização interna, os tipos de documentos traduzidos, a utilização de terminologia e a participação no projeto *Speech-to-Text*. Reflete, ainda, sobre as aprendizagens obtidas e o impacto desta experiência na formação académica, no desenvolvimento profissional e pessoal.

Esta experiência permitiu compreender o papel multifacetado do tradutor nas instituições europeias, a importância do rigor terminológico, a aplicação de tecnologias emergentes e a interação com ambientes multiculturais, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional.

Palavras chave: Tradução, Terminologia, Parlamento Europeu, Estágio

Abstract:

This report describes and reflects on the Schuman Traineeship carried out at the Portuguese Translation Unit of the European Parliament, in Luxembourg, between March and July 2025, within the scope of the Master's degree in Specialized Translation and Interpreting (MTIE) at ISCAP – P.PORTO. Over the course of five months, it was possible to apply the knowledge acquired throughout the master's program, deepen skills in translation and terminology, and develop new abilities within the European institutional context.

The report presents the institutional framework, internal organization, types of documents translated, the use of terminology, and participation in the Speech-to-Text project. It also reflects on the learning outcomes and the impact of this experience on academic training, as well as on professional and personal development.

This experience allowed for a better understanding of the multifaceted role of the translator in European institutions, the importance of terminological precision, the application of emerging technologies, and collaboration in multicultural environments, contributing to both personal and professional growth.

Key words: Translation, Terminology, European Parliament, Internship

Índice geral

Introdução	12
Capítulo I – A União Europeia e o Parlamento Europeu	14
1.1 A União Europeia	15
1.2 O Parlamento Europeu.....	16
1.3 Composição	16
1.4 Poderes do Parlamento	16
1.5 Estrutura interna	17
1.6 Sedes e funcionamento geográfico	17
1.7 Presidência do Parlamento.....	18
1.8 Relação entre a estrutura do Parlamento Europeu e a atividade de tradução	18
Capítulo II – Organização, tradução e multilinguismo no Parlamento Europeu ..	20
2.1. A DG TRAD no Luxemburgo e a Unidade de Tradução Portuguesa	21
2.2. A tradução no Parlamento Europeu.....	23
2.2.1. Tipos de documentos a traduzir.....	24
2.2.3. Perfil e competências do tradutor no Parlamento Europeu	26
Capítulo III - Atividades práticas e projetos no estágio.....	33
3.2. Projeto <i>Speech-to-Text</i>	39
3.3. Projeto de terminologia	44
3.4. Tradução de documentos institucionais	45
Capítulo IV – Processo de tradução dos documentos institucionais e os seus desafios	49
4.1. Processo de tradução	50
4.2. Desafios na tradução de documentos institucionais	56
Capítulo V – Terminologia no Parlamento Europeu: Enquadramento teórico, ferramentas e prática profissional	57
5.1. O conceito de terminologia: enquadramento teórico	58

5.2. Vantagens da utilização da terminologia na tradução institucional	58
5.3. Multilinguismo e complexidade terminológica no Parlamento Europeu.....	60
5.4. Ferramentas de apoio à tradução e à pesquisa documental.....	60
5.5. Ferramentas terminológicas	62
5.6. Limitações do <i>software</i> comercial na tradução institucional	64
5.7. Ferramentas específicas do Parlamento: <i>CAT4TRAD</i>	65
5.8. <i>StudioTwist</i> : integração e funcionalidade.....	65
5.9. Da teoria à prática: da sala de aula ao estágio.....	66
5.10. Reflexão final	68
Conclusão	69
Referências bibliográficas.....	71
Apêndices.....	74
Anexos.....	87

Índice de Figuras

Figura 1. Exterior do Parlamento no Luxemburgo.....	21
Figura 2. Hemiciclo em Bruxelas	35
Figura 3. Exterior do Parlamento em Bruxelas	36
Figura 4. Hemiciclo em Estrasburgo	37
Figura 5. Exterior do Parlamento em Estrasburgo	38
Figura 6. Fase 1 - Print Ficheiros Originais	40
Figura 7. Fase 1 - Print Ficheiros Convertidos.....	41
Figura 8. Fase 2 - Texto em Notepad para verificação.....	41
Figura 9. Exemplo de entrada inserida na IATE	44
Figura 10. Exemplo de OJ.....	46
Figura 11. Exemplo de PV	47
Figura 12. Exemplo de SP.....	48
Figura 13. Exemplo de documento no T-Flow.....	50
Figura 14. Exemplo de FdR (1).....	50
Figura 15. Exemplo de FdR (2).....	51
Figura 16. Menu principal do StudioTwist.....	52
Figura 17. Exemplo de segmentos bloqueados (Lista de presenças)	52
Figura 18. Exemplo de termo na IATE	53
Figura 19. Exemplo de uma MT.....	53
Figura 20. Trados	61
Figura 21. Plug-ins	61
Figura 22. DocFinder	62
Figura 23. SIRIUS.....	62
Figura 24. IATE	63
Figura 25. EUR-Lex	63
Figura 26. Quest	64

Índice de Tabelas

Tabela 1. Estrutura e fases do projeto.....	40
Tabela 2. Estrutura de uma entrada na IATE	45
Tabela 3. Fases para a tradução de um documento	55
Tabela 4. Ferramentas de apoio à tradução e à pesquisa documental	61
Tabela 5. Limitações do software comercial vs ferramentas internas	65
Tabela 6. CAT4TRAD - Características e limitações	65
Tabela 7. Benefícios do StudioTwist.....	66

Lista de abreviaturas

AM – Alterações Orçamentais

APCC – *Audio and Podcast Corpus Creation*

CEE – Comunidade Económica Europeia

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

DG TRAD – Direção-Geral da Tradução

ETU – *External Translation Unit*

FdR – *Feuille de Route*

IA – Inteligência Artificial

IATE – *Interactive Terminology for Europe*

MT – Memórias de Tradução

PE – Parlamento Europeu

UdTP – Unidade de Tradução Portuguesa

UE – União Europeia

O presente relatório tem como objetivo descrever a experiência de estágio curricular realizada no Parlamento Europeu, na Unidade de Tradução Portuguesa, no Luxemburgo, entre março e julho de 2025. Este estágio, enquadrado no Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, constituiu uma oportunidade ímpar de aplicar, em contexto institucional, os conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica, bem como permitiu desenvolver novas competências profissionais e pessoais num ambiente multicultural e altamente exigente.

Esta experiência possibilitou um contacto direto com a prática da tradução em contexto institucional, evidenciando a importância da terminologia, do multilinguismo e das novas tecnologias no trabalho diário de um tradutor.

Os objetivos definidos para a realização do estágio foram, essencialmente, consolidar e aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do mestrado, aprofundar competências na área da tradução e da terminologia, compreender o funcionamento dos processos de tradução em contexto institucional e desenvolver capacidades transversais, como a gestão de tempo, o trabalho em equipa, a autonomia e o pensamento crítico. Procurou-se, ainda, compreender o papel do tradutor no seio de uma instituição europeia e refletir sobre as exigências e responsabilidades associadas à prática de tradução neste contexto.

A metodologia utilizada neste relatório para descrever as diferentes atividades realizadas durante o estágio baseou-se em métodos de observação direta e participante, análise documental e reflexão crítica. Foram consultados e analisados documentos institucionais, memórias de tradução e bases terminológicas, complementados por anotações pessoais e registos diários que permitiram acompanhar a evolução das tarefas e aprendizagens. A elaboração do relatório respeitou os princípios éticos definidos pela instituição de acolhimento, assegurando a proteção de conteúdos que não podem ser reproduzidos na íntegra.

No que respeita à sua estrutura, organizei o relatório em diferentes capítulos. O primeiro apresenta a União Europeia e o Parlamento Europeu, destacando o seu papel, composição e funcionamento. O segundo capítulo aborda a organização interna, a tradução e o

multilinguismo na instituição, com ênfase no papel do tradutor. O terceiro capítulo descreve as atividades práticas realizadas durante o estágio, incluindo a tradução de documentos institucionais, projetos de terminologia e o projeto *Speech-to-Text*. O quarto capítulo centra-se no processo de tradução dos documentos institucionais e nos desafios associados, enquanto o quinto se dedica à terminologia no Parlamento Europeu, abordando o enquadramento teórico, ferramentas de apoio, práticas profissionais e limitações do *software*. Por fim, apresento a conclusão, seguida das referências bibliográficas, apêndices e anexos que complementam o relatório.

CAPÍTULO I – A UNIÃO EUROPEIA E O PARLAMENTO EUROPEU

1.1 A União Europeia

A União Europeia (UE) é uma organização política e económica única, composta atualmente por 27 Estados-Membros, que cooperam de forma voluntária em diversas áreas políticas, económicas, sociais e culturais. O seu objetivo fundamental é promover a paz, a estabilidade, a prosperidade e o respeito pelos valores democráticos e pelos direitos humanos no continente europeu (União Europeia, s.d.).

As origens da UE remontam ao período pós-Segunda Guerra Mundial, quando a necessidade de reconstrução e de garantir uma paz duradoura levou seis países — Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos — a criarem, em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Este foi o primeiro passo de um processo gradual de integração que resultou, em 1957, na assinatura do Tratado de Roma, instituindo a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM) (União Europeia, 2017).

Ao longo das décadas seguintes, os tratados fundacionais foram sendo reformulados e ampliados, consolidando a estrutura institucional europeia. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, marcou uma viragem decisiva ao criar formalmente a União Europeia, introduzindo a cidadania europeia e estabelecendo as bases da atual moeda única, o euro. A partir daí, novas reformas — como o Tratado de Lisboa (2007) — reforçaram o papel do Parlamento Europeu e tornaram o processo legislativo mais transparente e participativo (União Europeia, 2017).

Atualmente, a UE é uma entidade supranacional com um conjunto de instituições interligadas, entre as quais se destacam o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Banco Central Europeu. Cada uma desempenha funções distintas, mas complementares, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre os interesses dos Estados-Membros e dos cidadãos europeus (União Europeia, s.d.).

No plano linguístico e cultural, a União Europeia é também um espaço de diversidade e multilinguismo, reconhecendo 24 línguas oficiais. Essa pluralidade linguística é essencial para assegurar a participação democrática e o acesso à informação de todos os cidadãos, o que confere à tradução institucional um papel estratégico no funcionamento da UE — um aspeto particularmente evidente no Parlamento Europeu, onde cada decisão é comunicada em todas as línguas oficiais (Parlamento Europeu, 2024).

1.2 O Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu é a instituição da União Europeia que representa diretamente os cidadãos dos seus Estados-Membros. É o único órgão europeu eleito por sufrágio universal direto, funcionando como fórum de debate político e de tomada de decisões à escala europeia.

Criado inicialmente como Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1952, o Parlamento evoluiu gradualmente até se tornar uma das instituições centrais da União. Desde 1979, os seus membros são eleitos por voto direto de cinco em cinco anos — um marco que reforçou a legitimidade democrática da instituição. Atualmente, o Parlamento Europeu desempenha funções legislativas, orçamentais e de supervisão, contribuindo para a defesa dos direitos fundamentais e para o fortalecimento da democracia na União Europeia (Parlamento Europeu, 2024).

1.3 Composição

O Parlamento Europeu é composto por 720 eurodeputados e eurodeputadas, eleitos proporcionalmente à população de cada Estado-Membro. O número de representantes por país varia entre seis, nos Estados-Membros mais pequenos, como Malta, Luxemburgo e Chipre, e noventa e seis, no caso da Alemanha, o maior Estado-Membro da União.

A distribuição dos lugares obedece ao princípio da proporcionalidade degressiva, o que significa que os países mais populosos elegem mais deputados, mas os países menos populosos têm mais representantes por habitante. Este princípio visa garantir um equilíbrio entre a representatividade e a equidade entre os Estados-Membros.

No Parlamento, os deputados organizam-se em grupos políticos europeus, de acordo com a sua afinidade ideológica e não com base na sua nacionalidade. Estes grupos são compostos por representantes de vários países que partilham posições políticas semelhantes (Parlamento Europeu, 2024).

1.4 Poderes do Parlamento

No sítio Web do Parlamento Europeu são descritas as suas principais competências, organizadas em três grandes tipos de poderes:

- **Poderes legislativos:** partilha o poder legislativo com o Conselho da UE, podendo adotar, alterar ou rejeitar propostas da Comissão Europeia. Participa ainda na aprovação de acordos internacionais e decisões sobre alargamentos da União.
- **Poderes de supervisão:** exerce controlo democrático sobre todas as instituições da UE. Elege o/a Presidente da Comissão Europeia e aprova a Comissão no seu todo. Pode votar uma moção de censura, obrigando a Comissão a demitir-se; Concede quitação, isto é, aprova a forma como o orçamento da UE é gasto. Analisa petições, abre inquéritos, interroga outras instituições e acompanha a política monetária, entre outras funções.
- **Poderes orçamentais:** define o orçamento anual da UE, em colaboração com o Conselho, e o quadro financeiro plurianual.

1.5 Estrutura interna

O trabalho do PE está dividido entre comissões parlamentares e sessões plenárias.

Fase 1 - Comissões parlamentares: preparação da legislação.

Analizam propostas legislativas, propõem alterações e os deputados ao Parlamento Europeu e os grupos políticos podem apresentar alterações ou propor a rejeição de uma proposta de lei. Existem 20 comissões e 3 subcomissões, onde todas estão responsáveis por um domínio político específico.

Fase 2 - Sessões plenárias: aprovação da legislação.

Momento em que todos os deputados se reúnem no hemiciclo para proceder à votação final do projeto de legislação e das alterações propostas. As sessões plenárias realizam-se mensalmente, em Estrasburgo, durante quatro dias por mês, e pontualmente em Bruxelas (Parlamento Europeu, 2024).

1.6 Sedes e funcionamento geográfico

O PE tem uma estrutura tripartida, estabelecida pelo Conselho Europeu:

Bruxelas: principal centro político e administrativo. Aqui têm lugar as reuniões das comissões parlamentares e dos grupos políticos. Com a criação da Comunidade

Económica Europeia (CEE), em 1957/8, o centro de gravidade das instituições europeias transferiu-se para Bruxelas, que foi a anfitriã desta nova instituição.

Estrasburgo: sede oficial das sessões plenárias mensais, onde os deputados votam legislação e debatem questões de importância europeia. Estrasburgo foi a cidade escolhida para sede do Conselho da Europa. Aproveitando as instalações já existentes para este organismo e o facto de estar junto à fronteira com a Alemanha, foi assim decidido que a Assembleia Comum da CECA teria lugar nesta cidade do nordeste de França — e, sendo esta Assembleia o embrião do Parlamento Europeu, Estrasburgo manteve-se como sede oficial e local das sessões plenárias da instituição até aos dias de hoje.

Luxemburgo: sede de vários serviços administrativos, incluindo a Direção-Geral da Tradução (DG TRAD), onde se encontra a Unidade de Tradução Portuguesa (UdTP). Foi, curiosamente, o primeiro país a acolher organizações precursoras do que é atualmente a EU (Parlamento Europeu, 2024).

Estas três cidades encontram-se alinhadas numa distância de cerca de 430 km, o que facilita a coordenação logística entre as várias estruturas da instituição.

1.7 Presidência do Parlamento

A atual Presidente do Parlamento Europeu (PE) é Roberta Metsola (PPE, Malta). Em julho de 2024, foi eleita para um segundo mandato de dois anos e meio.

A Presidente representa o Parlamento Europeu no exterior e nas suas relações com as outras instituições da União Europeia (UE), dirigindo ainda o trabalho do PE e dos seus órgãos constitutivos, assim como os debates realizados em sessão plenária, e zela pelo respeito do Regimento do PE (Parlamento Europeu, 2024).

1.8 Relação entre a estrutura do Parlamento Europeu e a atividade de tradução

A estrutura e o funcionamento do Parlamento Europeu têm um impacto direto na atividade de tradução e na gestão terminológica. O facto de a instituição operar de forma descentralizada, com sedes em Bruxelas, em Estrasburgo e no Luxemburgo, exige uma

coordenação rigorosa entre os diferentes serviços e unidades linguísticas, de modo a assegurar a coerência terminológica e a uniformidade textual em todas as línguas oficiais da União Europeia.

A complexidade organizacional, marcada pela divisão de tarefas entre comissões, sessões plenárias e grupos políticos, traduz-se num elevado volume e diversidade de documentos que requerem tradução em prazos muitas vezes curtos. Neste contexto, a Direção-Geral da Tradução (DG TRAD) desempenha um papel essencial, garantindo a qualidade e a consistência linguística dos textos, bem como a manutenção de bases terminológicas. Esta dinâmica institucional será explorada com maior detalhe no capítulo seguinte, dedicado à organização, à tradução e ao multilinguismo no Parlamento Europeu (fonte própria).

**CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO, TRADUÇÃO E MULTILINGUISMO NO
PARLAMENTO EUROPEU**

2.1. A DG TRAD no Luxemburgo e a Unidade de Tradução Portuguesa

A Direção-Geral da Tradução (DG TRAD), com sede no Luxemburgo, é responsável pela tradução institucional de todos os documentos oficiais do Parlamento Europeu nas 24 línguas da União: o alemão, o búlgaro, o checo, o croata, o dinamarquês, o eslovaco, o esloveno, o espanhol, o estónio, o finlandês, o francês, o grego, o húngaro, o irlandês, o italiano, o letão, o lituano, o maltês, o neerlandês, o polaco, o português, o romeno, o sueco e, ainda, o inglês. O número de colaboradores são 1.109, dos quais aproximadamente 660 são tradutores, 250 assistentes de tradução e 235 são técnicos ou pessoal de apoio para formatação, preparação de documentos, gestão de pedidos e outros serviços relacionados (Parlamento Europeu, s.d.).



Figura 1. Exterior do Parlamento no Luxemburgo

Fonte: Luxembourg City Tourist Office

Dentro desta estrutura existe uma Unidade de Tradução Portuguesa (UdTP), onde estive integrada durante o meu estágio. Esta Unidade está encarregue de traduzir documentos para o português, assegurando a aplicação da terminologia oficial, as revisões necessárias e a coesão linguística entre versões.

Na UdTP, o trabalho está repartido entre diferentes funções. Os tradutores são responsáveis pela tradução dos textos, assegurando a fidelidade do documento original e a clareza da versão portuguesa. As assistentes de tradução, também conhecidas como «*pool*», têm a seu cargo a preparação prévia dos ficheiros — nomeadamente a sua formatação — e, após a tradução, procedem à revisão da apresentação final, assegurando que todos os requisitos técnicos são cumpridos. O secretariado é responsável pela vertente administrativa, nomeadamente pelo encaminhamento dos documentos, após a respetiva distribuição feita pela Chefe de Unidade, Helena Nunes, que coordena o trabalho da equipa.

Durante o estágio, estive integrada num espaço de trabalho partilhado com outros estagiários de diferentes nacionalidades, no piso 0 do edifício, onde estava também outro estagiário português. Apesar de não estarmos fisicamente junto da UdTP, situada no segundo piso do edifício, esta organização permitiu-nos um contacto mais próximo com colegas de outras línguas e culturas, fomentando um ambiente de entreaajuda constante, onde partilhávamos dúvidas, sugestões e experiências de trabalho. Diariamente, deslocávamo-nos à UdTP, para esclarecer dúvidas com os tradutores portugueses e discutir aspetos mais específicos das tarefas atribuídas. Após a entrega das traduções que nos eram alocadas, era comum sermos chamados pelos revisores para conversas presenciais, nas quais nos explicavam o que poderia ser melhorado ou ajustado nas nossas traduções, num ambiente sempre construtivo.

A colaboração entre mim e o outro estagiário português foi igualmente essencial ao longo do estágio. Partilhávamos dúvidas, ajudávamo-nos mutuamente e acompanhávamos de perto o progresso um do outro. No *open space*, o ambiente era simultaneamente tranquilo e colaborativo, permitindo a concentração sem comprometer o espírito de equipa.

Já na UdTP, fomos sempre acolhidos com enorme simpatia e profissionalismo. A equipa revelou-se composta por pessoas excepcionais, sempre disponíveis para partilhar conhecimento e acompanhar de forma atenta o nosso percurso. Esta convivência direta foi, sem dúvida, uma das componentes mais enriquecedoras do estágio.

Durante este período, tornou-se evidente que a tradução institucional exige decisões constantes entre a fidelidade ao texto de partida e a clareza na língua de chegada, alinhada com os princípios de equivalência formal e dinâmica propostos por Eugene Nida (1964) e Nida & Taber (1969). Esta experiência demonstrou, de forma concreta, a relevância da

base teórica para a prática profissional, evidenciando que o tradutor deve equilibrar rigor terminológico, coerência comunicativa e adequação cultural (Pym, 2011; Svoboda, Biel & Sosoni, 2023). As tarefas realizadas contribuíram, de forma integrada, para o desenvolvimento de competências fundamentais: a gestão de prazos, essencial para a organização eficiente do trabalho; a adaptação de estilos, necessária para assegurar a adequação do texto a diferentes contextos e públicos; e a análise terminológica, que consolidou o conhecimento adquirido ao longo do mestrado e reforçou a capacidade de tomada de decisão em situações de tradução complexas.

2.2. A tradução no Parlamento Europeu

A DG TRAD do Parlamento Europeu desempenha um papel central na implementação do multilinguismo institucional, garantindo que todos os documentos oficiais sejam traduzidos para as 24 línguas da União Europeia com elevados padrões de qualidade e cumprimento rigoroso de prazos (Parlamento Europeu, 2024). Para gerir as 552 combinações linguísticas possíveis entre estas 24 línguas, recorre-se frequentemente a línguas *pivot*, como o inglês, francês ou alemão, quando não existe disponibilidade de tradutores diretos entre duas línguas específicas (Parlamento Europeu, 2024). Por exemplo, um documento em checo pode ser primeiro traduzido para inglês e só depois para português, permitindo otimizar recursos e manter o fluxo de trabalho eficiente. Embora esta estratégia introduza um nível adicional de mediação, garante que todos os documentos chegam atempadamente a todas as versões linguísticas, preservando o multilinguismo e a igualdade de acesso à informação (Pym, 2011).

Este recurso a línguas *pivot* implica, contudo, um afastamento adicional em relação ao texto de partida, o que torna particularmente relevante a reflexão sobre as estratégias de equivalência adotadas pelos tradutores institucionais.

Neste contexto de mediação linguística acrescida, a prática de tradução no Parlamento Europeu demonstra como os tradutores aplicam, na realidade, conceitos de equivalência formal e dinâmica (Nida, 1964; Nida & Taber, 1969). Nos textos legais, a equivalência formal é frequentemente priorizada para assegurar precisão jurídica, enquanto em documentos informativos ou comunicativos, a equivalência dinâmica permite uma maior adaptação para facilitar a compreensão dos leitores de diferentes países (O'Hagan, 2013). Adicionalmente, a DG TRAD integra tecnologia e ferramentas de apoio, como memórias

de tradução e softwares CAT, que não só aumentam a eficiência, como também contribuem para a coerência terminológica entre documentos e línguas (Kenny, 2017; Svoboda, Biel & Sosoni, 2023). Estas ferramentas são essenciais para lidar com a complexidade terminológica e estilística dos textos, permitindo aos tradutores manter padrões consistentes mesmo sob pressão de prazos apertados.

Existe, ainda, a unidade «*Clear Language and Editing Unit*», que realiza revisão linguística de textos não legislativos redigidos em inglês ou francês, melhorando a clareza e a legibilidade para posterior tradução. Esta prática evidencia a preocupação institucional com a acessibilidade e coerência linguística, reforçando o papel social do tradutor e a necessidade de competências interculturais, conforme sublinha Pym (2011).

2.2.1. Tipos de documentos a traduzir

Os tradutores do Parlamento Europeu têm como principal missão assegurar a tradução de documentos fundamentais para o funcionamento legislativo e institucional da União Europeia. O seu trabalho incide, sobretudo, sobre textos relacionados com o processo legislativo, nomeadamente os documentos debatidos, votados, aprovados ou rejeitados nas comissões parlamentares e nas sessões plenárias (Parlamento Europeu, 2024).

Entre os documentos habitualmente traduzidos encontram-se:

- **Documentos de plenário e de comissões:** ordens de trabalhos, projetos de relatório, propostas de alteração, relatórios aprovados, pareceres, resoluções, perguntas escritas e orais, atas e relatórios de sessões, avisos aos deputados, entre outros;
- **Documentos de outros órgãos políticos:** como as assembleias parlamentares conjuntas que integram deputados do Parlamento Europeu e de parlamentos nacionais ou representantes eleitos de países terceiros;
- **Decisões do Provedor de Justiça Europeu;**
- **Informações dirigidas aos cidadãos e aos Estados-Membros;**
- **Deliberações dos órgãos diretivos do Parlamento:** como a Mesa, a Conferência dos Presidentes e os Questores.

A diversidade de formatos e conteúdos coloca desafios significativos aos tradutores. Estes devem equilibrar rigor terminológico, precisão jurídica e clareza comunicativa, e cada escolha lexicológica ou sintática exige ponderação cuidadosa, pois qualquer discrepância

pode comprometer a interpretação legal ou a compreensão do público (Parlamento Europeu, 2024).

Esta situação evidencia a importância da tradução institucional como prática crítica, onde o tradutor deve combinar competências técnicas, análise terminológica e consciência cultural (Pym, 2013; Kenny, 2022). Ao lidar com documentos juridicamente vinculativos, os profissionais desenvolvem capacidade de decisão informada, avaliação crítica e adaptação a contextos específicos, competências que reforçam e consolidam o conhecimento adquirido durante o mestrado.

2.2.2. *External Translation Unit: traduções externas*

A *External Translation Unit* (ETU) do Parlamento Europeu é responsável pelas traduções que ultrapassam a capacidade interna de produção da DG TRAD. Nos últimos anos, a quantidade de páginas traduzidas externamente situa-se entre as 300.000 e as 600.000 páginas por ano, com picos especialmente altos nos anos que antecedem eleições para o Parlamento (Parlamento Europeu, 2024).

Funcionamento

Quando as unidades linguísticas internas verificam que não dispõem de capacidade para executar determinada tradução — seja por limitações de prazo, volume de trabalho ou elevado grau de especialização — podem propor que o documento seja tratado em regime externo. Antes de avançar, é feita uma triagem inicial, nomeadamente através da pesquisa nas memórias de tradução, de modo a reaproveitar segmentos já existentes.

Após essa preparação, a ETU encaminha o documento para tradutores externos previamente selecionados através de concursos públicos («*calls for tenders*»). Embora os contratos-quadro estabeleçam as condições gerais da colaboração, cada tarefa individual é formalizada através de uma «*purchase order*», onde se definem aspetos como o número de páginas, a língua de chegada, o prazo e o valor acordado.

O tradutor externo realiza a tradução, procede à sua revisão e devolve o texto de acordo com as instruções recebidas. A ETU confirma se os prazos foram cumpridos e a unidade linguística responsável verifica a conformidade da tradução com os padrões de qualidade estabelecidos. Concluída esta etapa, inicia-se o processo de faturação: o tradutor emite a

fatura, os serviços financeiros validam a documentação e, por fim, a ETU autoriza o pagamento (Parlamento Europeu, 2025).

CrITÉRIOS DE QUALIDADE

No âmbito da tradução externa, a garantia de qualidade assume particular relevância, uma vez que os textos são produzidos fora da estrutura interna da DG TRAD. Por esse motivo, o Parlamento Europeu estabelece um conjunto de critérios rigorosos destinados a assegurar que as traduções entregues pelos prestadores externos cumprem os padrões linguísticos, técnicos e funcionais exigidos pela instituição.

Os tradutores externos devem respeitar rigorosamente os prazos de entrega.

O texto entregue deve estar pronto a ser utilizado pela instituição, sem necessidade de correções adicionais, cumprindo integralmente os requisitos técnicos e formais do contrato. Caso o trabalho não esteja conforme ou apresente falhas, o tradutor pode ser obrigado a proceder às devidas correções, sem remuneração suplementar, dentro de um prazo definido.

Todas as traduções estão sujeitas a controlos de qualidade («*quality checks*»), habitualmente com base em amostras do texto entregue. Os resultados desses controlos são comunicados ao prestador no prazo máximo de 15 dias após a entrega.

Se houver incumprimento contratual — seja pela qualidade insuficiente ou pelo não cumprimento do prazo —, o Parlamento pode aplicar sanções financeiras ou, em último caso, rescindir o contrato.

As penalizações podem implicar reduções de 50% ou até 100% do valor da tradução. Estas reduções podem ser acumuladas, mas nunca ultrapassam o montante total previsto para a tarefa em causa (Parlamento Europeu, 2025).

2.2.3. Perfil e competências do tradutor no Parlamento Europeu

A tradução no Parlamento Europeu exige profissionais com uma combinação ampla de competências linguísticas, técnicas e interculturais, adequadas a um contexto institucional multilingue e altamente especializado. Com base na informação disponibilizada no sítio Web do Parlamento Europeu, bem como na observação do funcionamento interno das

equipas de tradução, é possível identificar um conjunto de aptidões frequentemente associadas ao perfil do tradutor nesta instituição.

Entre essas aptidões destacam-se:

- conhecimentos linguísticos e culturais aprofundados;
- elevada capacidade de redação na língua materna ou equivalente;
- competências informáticas, nomeadamente no uso de ferramentas de tradução assistida por computador;
- criatividade na resolução de problemas de tradução;
- flexibilidade e adaptabilidade a diferentes tipos de textos e áreas temáticas;
- atenção aos pormenores;
- capacidade de organização e gestão do tempo;
- competências analíticas e capacidade de investigação terminológica;
- conhecimentos gerais e especializados;
- curiosidade intelectual e vontade de aprender continuamente.

Importa salientar que estas competências não correspondem a um modelo normativo formal, como o definido pela norma ISO 17:100 relativa aos serviços de tradução, mas refletem antes as exigências específicas do contexto institucional do Parlamento Europeu. Trata-se, assim, de um perfil funcional e descritivo, adaptado à realidade da tradução institucional, marcada pela diversidade temática, pela complexidade político-jurídica dos textos e por prazos frequentemente exigentes.

Por norma, os tradutores trabalham para a sua língua materna ou equivalente, demonstrando um domínio absoluto dessa língua. É comum que possuam conhecimentos avançados de pelo menos duas outras línguas oficiais da União Europeia, mesmo que não tenham formação exclusivamente linguística (Parlamento Europeu, 2024). Muitos tradutores provêm de áreas académicas distintas, o que contribui para enriquecer as equipas com experiência técnica e temática diversificada. Na Unidade de Tradução Portuguesa, por exemplo, existem tradutores com formação em áreas como Direito, Economia ou Engenharia, o que facilita a abordagem de textos especializados em domínios variados.

No Parlamento Europeu, as exigências profissionais são particularmente elevadas. Os tradutores devem ser proficientes em tecnologias da informação, capazes de lidar com

múltiplos idiomas, trabalhar de forma rápida e rigorosa e compreender contextos políticos e jurídicos complexos. Frequentemente, enfrentam prazos muito curtos para traduzir documentos sobre temas diversos e de elevada complexidade.

Para além das traduções, os tradutores desempenham também outras funções, como a orientação de novos tradutores e estagiários, a revisão de traduções internas e externas, a participação em ações de formação contínua e a aprendizagem de novas línguas, de modo a responder às necessidades das equipas linguísticas. Estas funções foram observadas no contexto do funcionamento interno das unidades de tradução do Parlamento Europeu durante o período de estágio, refletindo práticas correntes no quotidiano profissional dos tradutores.

Com o avanço das tecnologias de tradução e a automatização de tarefas mais rotineiras, o papel do tradutor institucional tem vindo a evoluir para funções mais complexas e criativas. Torna-se cada vez mais relevante a capacidade de produzir textos claros, precisos e adequados ao público-alvo, bem como de participar em projetos multidisciplinares, incluindo conteúdos digitais, reforçando o papel estratégico do tradutor no seio da instituição.

2.2.4. A evolução da profissão

O serviço de tradução do Parlamento Europeu tem acompanhado de perto os avanços tecnológicos e a transformação das práticas profissionais. A introdução de ferramentas como a tradução automática e memórias de tradução permite que os tradutores se libertem de tarefas mais mecânicas e se concentrem em textos que exigem maior sensibilidade linguística, criatividade e conhecimento intercultural (O'Hagan, 2013; Svoboda, Biel & Sosoni, 2023).

Atualmente, as funções dos tradutores alargam-se a áreas como a legendagem, adaptação de textos para formatos áudio, como *podcasts*, e edição, refletindo a crescente importância de formatos multimédia e da comunicação acessível (Kenny, 2017). Num contexto em constante mudança, a necessidade de uma comunicação eficaz e adaptada aos diferentes públicos é cada vez maior. A tradução vai muito além da simples transposição de palavras de uma língua para outra, exigindo uma compreensão profunda do contexto institucional e cultural (Pym, 2011).

Neste enquadramento, os tradutores desenvolvem projetos de «linguagem clara» (*clear language*), que visam simplificar e tornar acessível a linguagem institucional frequentemente complexa da União Europeia. No contexto do Parlamento Europeu, entende-se por «linguagem clara» uma abordagem comunicativa que permite aos cidadãos encontrar, compreender e utilizar a informação de forma fácil e eficaz, sem necessidade de conhecimentos especializados prévios (Parlamento Europeu, 2024). A adoção desta abordagem está diretamente relacionada com os princípios de transparência democrática, acessibilidade da informação e inclusão dos cidadãos no processo político europeu.

A aplicação da linguagem clara não implica a simplificação excessiva nem a perda de rigor jurídico ou institucional, mas antes uma adaptação funcional da mensagem ao público-alvo. Entre os princípios associados à *clear language* destacam-se a simplificação sintática, o recurso a frases mais curtas e diretas, a preferência por vocabulário comum sempre que possível, a organização lógica da informação e a eliminação de jargão técnico desnecessário. Estes princípios são particularmente relevantes em documentos informativos dirigidos ao público em geral, nos quais a clareza e a legibilidade assumem um papel central.

Do ponto de vista metodológico, os projetos de linguagem clara envolvem frequentemente a colaboração entre tradutores, redatores e autores dos textos, bem como processos de revisão linguística orientados para a legibilidade e a eficácia comunicativa. Em alguns casos, recorre-se à reformulação iterativa dos conteúdos ou à aplicação de orientações internas de redação clara, de modo a assegurar que a mensagem é compreensível para públicos linguística e culturalmente diversos. Estas práticas evidenciam a evolução do papel do tradutor institucional, que passa a assumir uma função ativa na melhoria da comunicação pública.

A colaboração entre tradutores e autores dos textos tem sido particularmente relevante em iniciativas dirigidas ao público em geral, como as plataformas «O que a Europa faz por mim» e a «*Citizens' App*», ambas disponíveis nas 24 línguas oficiais da União Europeia (Parlamento Europeu, 2024). Estas plataformas têm como principal objetivo aproximar as instituições europeias dos cidadãos, explicando de forma clara e acessível o impacto concreto das políticas e decisões da União Europeia no quotidiano das pessoas.

A plataforma «O que a Europa faz por mim» apresenta conteúdos informativos organizados por temas e regiões, demonstrando de que modo a ação da União Europeia influencia áreas como o emprego, a educação, a mobilidade, o ambiente ou a economia local. Já a «*Citizens' App*» reúne informações práticas sobre os direitos dos cidadãos europeus, oportunidades de participação cívica, acesso a programas europeus e dados essenciais sobre o funcionamento da União.

Neste contexto, o trabalho dos tradutores é fundamental para garantir que estes conteúdos, originalmente redigidos num número limitado de línguas, sejam disponibilizados de forma clara, precisa e funcional em todas as línguas oficiais da União Europeia. A aplicação de princípios de linguagem clara e de adaptação funcional permite assegurar que a informação é compreensível para públicos não especializados, respeitando simultaneamente as especificidades linguísticas e culturais de cada comunidade. Assim, a tradução desempenha um papel central na eficácia destas iniciativas, contribuindo para a acessibilidade da informação, a transparência institucional e o reforço da participação cívica dos cidadãos europeus.

Outro exemplo desta adaptação profissional é o projeto «*Audio Capacity*», no qual as equipas de tradução aplicam os seus conhecimentos linguísticos e culturais para transformar conteúdos escritos em formatos áudio acessíveis e adequados, colaborando com especialistas das áreas da tecnologia da informação, comunicação e investigação para desenvolver novos canais multilingues de comunicação.

Além disso, os tradutores contribuíram de forma significativa para a criação de conteúdos multilingues destinados a espaços de grande relevância institucional, como o *Parlamentarium*, centro de visitantes do Parlamento Europeu em Bruxelas, e projetos como o «*My House of European History*», que convida os cidadãos a partilhar experiências e histórias. Estas iniciativas reforçam o papel da tradução na promoção da participação cívica, da inclusão e do acesso equitativo à informação.

2.3. O multilinguismo no Parlamento Europeu

O multilinguismo é um princípio consagrado nos Tratados da União Europeia e um elemento estrutural do funcionamento do Parlamento Europeu. Conforme estipulado nos artigos 20.º e 24.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, publicado a 7

de junho de 2016, no Jornal Oficial da União Europeia, todos os cidadãos têm o direito de utilizar qualquer uma das línguas oficiais da UE ao comunicar com as instituições, e estas são obrigadas a responder nessas línguas:

Artigo 20.º: «d) *O direito de dirigir petições ao Parlamento Europeu, o direito de recorrer ao Provedor de Justiça Europeu e o direito de se dirigir às instituições e aos órgãos consultivos da União numa das línguas dos Tratados e de obter uma resposta na mesma língua.»;*

Artigo 24.º: «*Qualquer cidadão da União pode dirigir-se por escrito a qualquer das instituições ou órgãos a que se refere o presente artigo ou o artigo 13.º do Tratado da União Europeia numa das línguas previstas no n.º 1 do artigo 55.º do referido Tratado e obter uma resposta redigida na mesma língua.»;*

No Parlamento Europeu, todos os documentos parlamentares são publicados nas 24 línguas oficiais, os deputados têm o direito de falar, de ler e de escrever nas suas línguas oficiais de escolha. Isto reforça o princípio de igualdade linguística entre os Estados-Membros e os cidadãos, e garante que não haja discriminação baseada na língua (van der Jeught, 2018).

Segundo um estudo do *European Parliamentary Research Service* (2019), o Parlamento emprega mais de 600 tradutores e cerca de 270 intérpretes internos, além de colaboradores externos, para dar resposta à tradução e interpretação entre as 24 línguas oficiais, sendo possíveis 552 combinações linguísticas diferentes. A necessidade de harmonizar todas as versões linguísticas coloca exigências elevadas em termos de rigor terminológico e coerência comunicativa, reforçando a responsabilidade profissional dos tradutores.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia estabelece que todas as versões linguísticas dos atos legislativos são igualmente autênticas e que, em caso de divergências, a interpretação deve considerar o sentido global da lei e o objetivo legislativo, tendo em conta todas as versões existentes (Šarčević, 2015). Esta exigência normativo-prática reforça a complexidade do trabalho do tradutor, que deve assegurar que cada versão linguística mantém a força jurídica e clareza comunicativa.

Durante o estágio, tornou-se claro que esta multiplicidade de línguas e a necessidade de fidelidade ao conteúdo legal exigem não apenas conhecimento linguístico e terminológico, mas também competências analíticas e de tomada de decisão

fundamentada. A experiência permitiu observar como escolhas terminológicas cuidadosas e a atenção ao detalhe são essenciais para garantir que os documentos traduzidos não comprometam a interpretação legal e a acessibilidade da informação ao cidadão (fonte própria).

O multilinguismo institucional, para além de ser um requisito formal, desempenha um papel central na transparência, legitimidade e inclusão democrática. Garantir que cada cidadão possa aceder à informação na sua língua materna implica um trabalho contínuo de adaptação e avaliação crítica das traduções, reforçando a função social do tradutor no contexto europeu (Pym, 2011; van der Jeught, 2018).

**CAPÍTULO III - ATIVIDADES PRÁTICAS E PROJETOS NO
ESTÁGIO**

Este capítulo descreve experiências práticas desenvolvidas durante o estágio no Parlamento Europeu, abordando atividades diversificadas que combinaram deslocamentos institucionais, projetos tecnológicos e terminológicos, e tradução de documentos oficiais.

3.1. Missões a Bruxelas e Estrasburgo

Nos dias 3 e 4 de junho decorreu a missão a Bruxelas, e nos dias 18 e 19 de junho a Estrasburgo. O objetivo destas visitas foi proporcionar aos estagiários um contacto direto com as instalações do Parlamento Europeu nestas duas cidades, de modo a compreendermos melhor o trabalho institucional que aí se desenvolve — para além do que já conhecíamos no Luxemburgo.

Em Bruxelas, destacaram-se três experiências centrais:

- **Visita ao Hemiciclo:** O guia explicou a disposição dos lugares, os sistemas de votação e o papel essencial da tradução e interpretação simultânea no funcionamento das sessões parlamentares. Esta observação reforçou a perceção da complexidade logística da tradução institucional e a necessidade de uma coordenação rigorosa entre diferentes serviços linguísticos.



Figura 2. *Hemiciclo em Bruxelas*

- **Visita ao *House of European History*:** Através de objetos, documentos e exposições interativas, foi possível compreender a história europeia e como o conhecimento cultural e histórico influencia a redação e tradução de documentos institucionais.
- **Sessões e palestras de comunicação:** Profissionais de comunicação do Parlamento explicaram as instalações e os procedimentos internos.



Figura 3. Exterior do Parlamento em Bruxelas

Em Estrasburgo, além de também termos visitado o Hemiciclo — que considerámos mais amplo e impressionante — assistimos a uma sessão plenária no dia 19 de junho, que nos permitiu observar in loco como decorrem os debates, intervenções, votações e a interpretação simultânea realizada pelos intérpretes.



Figura 4. *Hemiciclo em Estrasburgo*



Figura 5. Exterior do Parlamento em Estrasburgo

Refletindo sobre o impacto destas missões, tornou-se evidente que a experiência contribuiu significativamente para a construção do meu perfil profissional. Observar a tradução e interpretação em contexto real permitiu consolidar conhecimentos teóricos adquiridos no mestrado, compreender as exigências práticas da profissão e desenvolver competências analíticas, de comunicação e de trabalho em equipa. A vivência em diferentes locais de trabalho, com variabilidade de procedimentos e contextos culturais, reforçou a consciência crítica sobre a função social do tradutor e a necessidade de garantir acessibilidade e precisão em todas as línguas da União Europeia.

3.2. Projeto *Speech-to-Text*

Durante o estágio tive a oportunidade de colaborar no Projeto *Speech-to-Text – Audio and Podcast Corpus Creation* (APCC), desenvolvido pela Unidade de *Speech-to-Text*, integrada na DG TRAD, mais concretamente na *Directorate for Citizens’ Language*.

O objetivo deste projeto consiste na criação de um *corpus* de áudio e texto de qualidade, que sirva para aperfeiçoar modelos automáticos de reconhecimento de fala em diferentes idiomas da União Europeia. Como salientado pela própria unidade num dos documentos enviados aos estagiários, «*only if we have quality training data can the 24 language models improve.*» (APCC, s.d.).

Trata-se de uma iniciativa alinhada com a necessidade crescente de acessibilidade e inovação tecnológica no Parlamento Europeu, permitindo futuramente transformar automaticamente discursos, *podcasts* e outros conteúdos orais em texto, melhorando a transparência e a comunicação com os cidadãos (fonte própria).

Estrutura e fases do projeto

O projeto foi organizado em várias fases:

Fase	Descrição das tarefas	Responsáveis principais
1a. Recolha e organização	Recolha inicial dos ficheiros de áudio, relativos à série <i>News in Brief</i> .	Equipa DG TRAD
1b. Renomeação e reestruturação de ficheiros	Reorganização e conversão de ficheiros das pastas “ <i>Plint</i> ” para “ <i>Original</i> ” e “ <i>Converted</i> ”, garantindo correspondência entre formato e conteúdo.	Estagiários
2. Verificação e correção de transcrições	Escuta dos episódios, comparação com o guião escrito e correção das divergências entre o texto e a narração.	Estagiários

3. Validação e controlo de qualidade	Revisão final das transcrições antes da integração no <i>corpus</i> de treino dos modelos automáticos.	Unidade responsável pelo <i>Speech-to-Text</i>
---	--	--

Tabela 1. Estrutura e fases do projeto

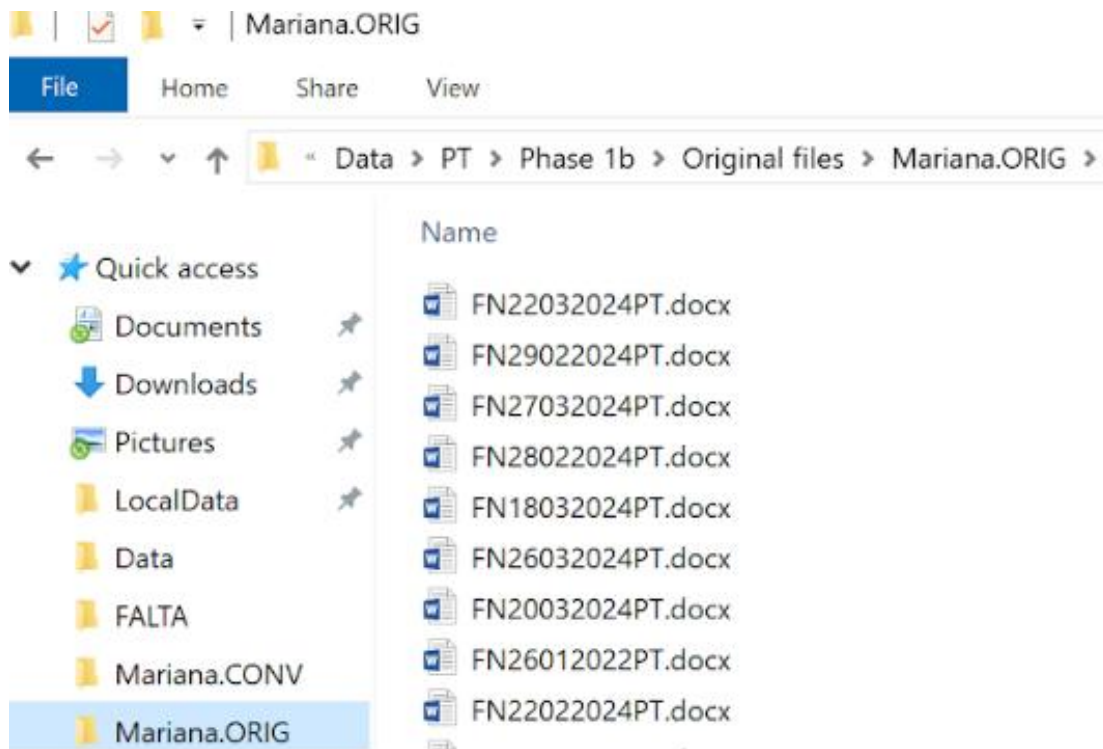


Figura 6. Fase 1 - Print Ficheiros Originais

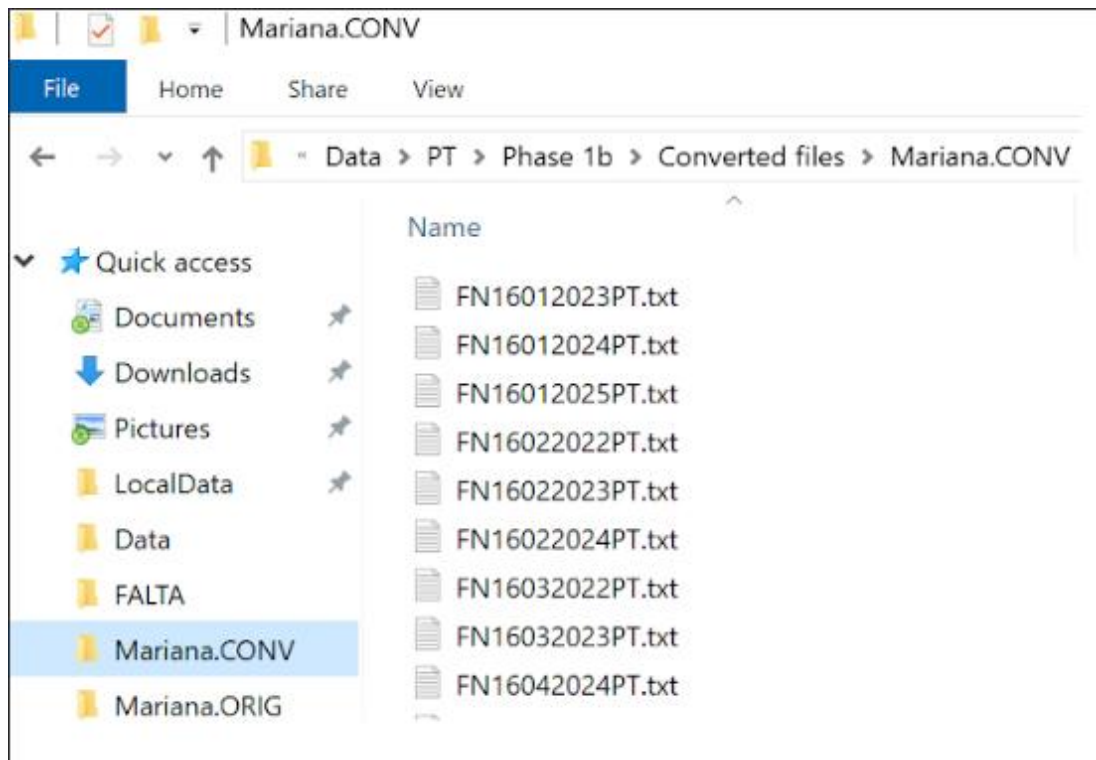


Figura 7. Fase 1 - Print Ficheiros Convertidos

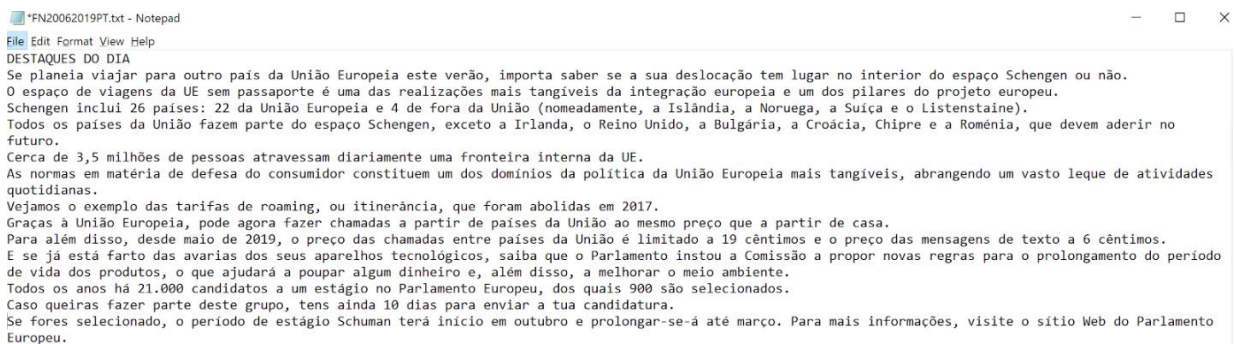


Figura 8. Fase 2 - Texto em Notepad para verificação

Tipos de discrepâncias encontradas

Os desvios entre guião e narração ocorriam por motivos naturais da oralidade, como por exemplo:

- Alteração da ordem sintática para maior fluidez (ex.: troca entre orações subordinadas e principais);
- Encurtamento de frases ou junção de duas ideias para facilitar o ritmo da fala;

- Diferenças entre abreviações no texto e a forma expandida lida pelo narrador (ex.: siglas de partidos ou instituições).

Estas discrepâncias, naturais no discurso falado, tornam-se um desafio técnico no contexto do treino de modelos de reconhecimento de fala, que exigem sincronia absoluta entre áudio e texto para garantir resultados fiáveis.

A minha contribuição

No âmbito deste projeto, a minha colaboração envolveu:

- renomeação e organização de ficheiros áudio segundo as normas definidas (fase 1b);
- escuta atenta de episódios de *podcasts* e comparação com as transcrições fornecidas;
- edição e correção das transcrições em ficheiros de texto para assegurar correspondência total com o áudio;
- uniformização de abreviações, nomes próprios e siglas, garantindo sempre que correspondiam ao que era efetivamente narrado;
- verificação de consistência linguística.

Este trabalho exigiu grande concentração, atenção ao detalhe e paciência, pois bastava uma palavra em falta ou uma abreviação não expandida para comprometer a qualidade dos dados. Para além disso, tratava-se de mesmo muitos ficheiros, cerca de 1200 por estagiário.

Importância e impacto do projeto

Na minha ótica, o projeto é relevante por três razões principais:

Acessibilidade — a transcrição automática permitirá disponibilizar conteúdos do Parlamento a cidadãos com deficiência auditiva e a todos os que preferam ouvir em vez de ler.

Transparência e proximidade — os discursos e *podcasts* poderão ser pesquisados, indexados e consultados de forma mais simples.

Inovação tecnológica — os *corpora* produzidos no âmbito do APCC servirão para aprimorar modelos multilingues de última geração, fortalecendo a autonomia tecnológica da União Europeia.

Reflexão crítica e perspectivas futuras

A participação neste projeto revelou-me uma nova perspectiva sobre o papel do tradutor. A profissão deixou de se limitar à transferência linguística entre línguas e culturas para abranger tarefas de curadoria, revisão e validação de dados linguísticos, essenciais à criação de tecnologias de tradução fiáveis e éticas.

Esta experiência contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais, nomeadamente no uso de ferramentas digitais de apoio à tradução, na revisão de conteúdos produzidos automaticamente e na capacidade de adaptação a contextos tecnológicos em constante evolução. Além disso, reforçou a atenção ao detalhe, a precisão terminológica e a consciência crítica sobre o impacto das tecnologias na prática de tradução.

Num cenário em que a inteligência artificial se torna cada vez mais presente em todos os setores, o tradutor assume uma função de supervisão e interpretação, assegurando que os resultados automáticos respeitam os princípios de correção linguística e coerência terminológica. Esta função de mediação entre o humano e o tecnológico exige novas competências: domínio de ferramentas digitais, espírito crítico e sensibilidade ética.

Durante o trabalho no projeto *Speech-to-Text*, percebi que a IA não substitui o tradutor, mas redefine o seu papel. O profissional de tradução passa a atuar como revisor de sistemas automáticos, responsável por garantir a qualidade dos dados que alimentam e resultam desses modelos. No caso institucional, esta tarefa tem impacto direto na transparência, acessibilidade e fiabilidade da comunicação pública.

Esta transformação levanta questões éticas relevantes. A automatização pode gerar dependência tecnológica e perda de visibilidade do trabalho humano, mas também oferece oportunidades de inovação e democratização do acesso à informação.

Na minha ótica, o futuro da tradução dependerá da colaboração equilibrada entre inteligência humana e inteligência artificial. A tecnologia poderá executar tarefas repetitivas com rapidez, mas a interpretação, o julgamento e a criatividade continuarão a ser atributos exclusivamente humanos. O tradutor do futuro será, mais do que nunca, um

mediador entre línguas, culturas e tecnologias, com um papel ativo na construção de uma comunicação global mais ética e inclusiva.

3.3. Projeto de terminologia

Sob a orientação da tradutora Zara Soares de Almeida, participei num projeto de terminologia que consistiu na recolha, validação e inserção de termos na *IATE*. Esta atividade exigiu pesquisa de equivalentes noutras línguas, consulta de contextos de uso e introdução de definições com fontes de referência (Consultar anexos deste relatório). Na figura 9, podemos observar um exemplo de entrada inserida por mim na *IATE*.

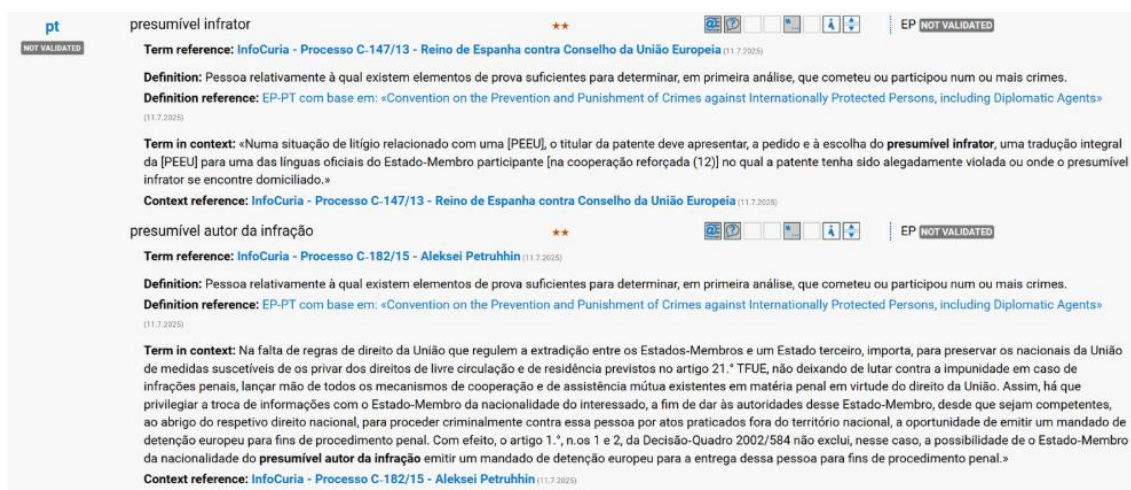


Figura 9. Exemplo de entrada inserida na IATE

Elemento da entrada	Descrição	Observações
Termo (<i>Term</i>)	Palavra ou expressão registada na base terminológica.	Surge na língua original (neste caso, inglês) e na língua de chegada (neste caso, português).
Referência do termo (<i>Term reference</i>)	Fonte de onde foi retirado o termo.	Geralmente documentos oficiais (ex.: <i>InfoCuria</i> , legislação da UE).

Definição (<i>Definition</i>)	Explicação clara e concisa do termo.	
Referência da definição (<i>Definition reference</i>)	Fonte da definição.	Ex.: convenções internacionais, diretivas, regulamentos.
Termo em contexto (<i>Term in context</i>)	Exemplo real de uso do termo em documentos autênticos.	Muitas vezes retirado de textos jurídicos ou técnicos.
Referência do contexto (<i>Context reference</i>)	Fonte do excerto contextual.	Ex.: processos do Tribunal de Justiça da UE, legislação, relatórios.
Estado de validação (<i>Validation status</i>)	Indica se o termo já foi validado por terminólogos/revisores.	« <i>Not validated</i> » ou « <i>Validated</i> ».

Tabela 1. *Estrutura de uma entrada na IATE*

3.4. Tradução de documentos institucionais

Durante o estágio, tive a oportunidade de traduzir diversos tipos de documentos, sendo os principais:

- Ordens do Dia (OJ – «*Ordre du Jour*»): Agenda oficial das reuniões, que lista os pontos a serem discutidos.
- Atas de Reuniões (PV – «*Procès-verbal*»): Documentos que registam o conteúdo e as decisões tomadas durante as reuniões plenárias ou comissões.
- Sínteses de Petições (SP): Resumos das petições apresentadas pelos cidadãos, analisando os pontos principais e as solicitações feitas.

As OJ e as PV são consideradas documentos políticos, enquanto as SP são de natureza não política (fonte própria).

A tradução destes documentos exigiu diferentes abordagens: enquanto as OJ e PV requerem precisão terminológica e fidelidade formal, as SP implicam síntese e interpretação das intenções do cidadão.

Especificidades e Modelos de Cada Documento

Ordens do Dia (OJ)

As Ordens do Dia (OJ) apresentam uma estrutura organizada que lista os pontos a serem discutidos, incluindo horários e responsáveis por cada item. O seu principal objetivo é orientar os participantes sobre os assuntos a tratar, facilitando a organização das reuniões e a gestão eficiente do tempo.

Parlamento Europeu

2024-2029



Comissão do Desenvolvimento Regional

REGI(2025)0625_1

PROJETO DE ORDEM DO DIA

Reunião

Quarta-feira, 25 de junho de 2025, 10.00-12.30 e 14.30-17.45

Bruxelas

Sala: ANTALL (6Q2)

25 de junho de 2025, 10.00-12.30

- 1. Aprovação da ordem do dia**
- 2. Comunicações da presidência**
- 3. Aprovação de atas de reuniões**
 - 5 de maio de 2025 PV - PE773.227v01-00
 - 13 de maio de 2025 PV - PE773.312v01-00

***** Período de votação eletrónica *****

- 4. Alteração do Regulamento (UE) 2021/1057 que cria o Fundo Social Europeu Mais (FSE+) no respeitante a medidas específicas para fazer face a desafios estratégicos**
REGI/10/02597
***I 2025/0085(COD) COM(2025)0164 - C10-0064/2025

Figura 2. Exemplo de OJ

A tradução das OJ exige atenção à clareza da apresentação e coerência terminológica, sendo frequente confrontar-se com abreviaturas e expressões institucionais que requerem consulta cuidadosa à *IATE* e às memórias de tradução.

Atas de Reuniões (PV)

As Atas de Reuniões (PV) apresentam uma introdução com os participantes, seguida de um resumo detalhado das discussões e decisões tomadas, incluindo votações e intervenções. O seu principal objetivo é fornecer um registo oficial das reuniões, essencial para a transparência e responsabilização dos procedimentos parlamentares.

Parlamento Europeu
2024-2029



Comissão dos Orçamentos
Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

CJ16(2025)0616_1

ATA

Reunião de 16 de junho de 2025

ESTRASBURGO

A reunião tem início às 19h17 de segunda-feira, 16 de junho de 2025, sob a copresidência de Johan van Overtveldt (presidente da Comissão BUDG) e Aurore Lalucq (presidente da Comissão ECON).

1. Aprovação da ordem do dia

Decisão: O projeto de ordem do dia é aprovado.

2. Comunicações da presidência

3. Aprovação de atas de reuniões

- 31 de março de 2025

PV – PE772.070v01-00

Decisão: A ata é aprovada.

- 23 de abril de 2025

PV – PE773.096v01-00

Decisão: A ata é aprovada.

- 20 de maio de 2025

PV – PE774.223v01-00

Decisão: A ata é aprovada.

4. Missão de averiguação das Comissões BUDG e ECON à Grécia, de 14 a 16 de abril de 2025

CJ16/10/02715

Figura 3. Exemplo de PV

A tradução das PV exige fidelidade ao discurso dos participantes e precisão jurídica, colocando desafios na escolha lexical e sintática. A experiência demonstrou a necessidade de equilibrar rigor e clareza, competências reforçadas ao longo do estágio.

Sínteses de Petições (SP)

As Sínteses de Petições (SP) consistem num resumo da petição, destacando os principais argumentos e pedidos dos cidadãos. O objetivo destas sínteses é informar os deputados sobre as preocupações da população, apoiando-os na tomada de decisões.

11 Petições
11.01. Sínteses, informações e recomendações

Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão das Petições

SÍNTESES, INFORMAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Petições n.ºs [0309/2024 a 0353/2024]
Admissibilidade e seguimento a dar

As recomendações do(a) presidente respeitantes à admissibilidade e seguimento a dar às petições que não tenham suscitado observações até [26 de agosto de 2024] serão consideradas aprovadas.

*
* *

[0309/2024]

Petição n.º [0309/2024], apresentada por [Marisol Valverde de Carlos], de nacionalidade [espanhola], (em nome [da «Plataforma Unitária de Habitantes de Areta»]) (e subscrita por [250] outros signatários,) sobre [a localização de uma estação de depuração de águas residuais]

[A peticionária explica que].

Figura 4. Exemplo de SP

A tradução de SP exigiu interpretação do sentido implícito e seleção de informação relevante. Este processo desenvolveu a capacidade de síntese e julgamento crítico, reforçando competências transversais à tradução institucional.

**CAPÍTULO IV – PROCESSO DE TRADUÇÃO DOS DOCUMENTOS
INSTITUCIONAIS E OS SEUS DESAFIOS**

4.1. Processo de Tradução

No Parlamento Europeu, os documentos seguem um fluxo interno estruturado, gerido através do sistema *T-Flow*, que funciona como um portal central onde os tradutores acedem aos documentos atribuídos.

O *T-Flow* disponibiliza várias informações essenciais: o tipo de documento (OJ, PV, SP, etc.), o número do documento, o prazo de entrega (data e hora), o número de páginas que o documento tem, o idioma do documento original e o estado do processo – se é PRE (Preparação), TRA (Tradução), REV (Revisão), COR (Correção) ou BKO (*Book-Out*), assim como o documento *Word* original.

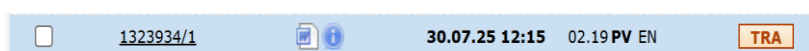


Figura 5. Exemplo de documento no T-Flow

Ao clicar no ícone das informações, podemos encontrar uma «*Feuille de Route*», mais conhecida por «FdR», que inclui a rota que o documento fará, assim como informações relativas ao mesmo.

Unit FdR - Details - Profile 1 - Microsoft Edge
 www.tratflow.ep.parl.union.eu/TFLOWApplication/navigate.do?doNotCheckDuplicateToken=true&event=fdInfo&subProcessId=183472136&fdr=1323934/1

FdR No		Outsourcing request is available until 25.07.25 09:00					
1323934/1		Activity	Pages	Initials	Start	End	Deadline
Current Workflow	BKI			CARA		16.07.25 08:50	31.07.25 12:30
	ALO			MLT	16.07.25 09:04	16.07.25 09:04	31.07.25 12:30
	TRA	2.19		MARI	16.07.25 10:44		30.07.25 12:15
	REV	2.19		ALBR			31.07.25 12:30
	COR	2.19		MARI			31.07.25 12:30
	POS	2.19		(*)			31.07.25 12:30
	BKO			(*)			31.07.25 12:30
Original Doc	Lang	Std	Mod	Orig	Net	Net ext	
	EN	0.00	0.00	13.00	2.19	1.96	
	Total	0.00	0.00	13.00	2.19	1.96	
PE No	775.434						
Alt code	PE775.434v01-00						
Proc. No							
Replace FdR							
Previous FdR							
Complement FdR	OJ-1323263-20/06/2025						
Requester Code	ITRE						
Type of Request	TRANSLATION						

Figura 6. Exemplo de FdR (1)

Através desta FdR, podemos perceber que o documento não passou pela fase de PRE. Em vez disso, a assistente Carolina («CARA») procedeu à entrada do documento («*Book-In*»), alocando-o à tradutora Marta («MLT»), que considerou que o mesmo não

necessitava de passar pela fase de PRE antes da tradução, provavelmente por se tratar de um texto curto e de rápida execução. Assim, o documento seguiu diretamente para a fase de TRA, realizada por mim («MARI»).

PEX Note	
EX1 Deadline	
EX1 Note	
ETU Doc Refs	
Translated Files	
Re-delivery Request	/
Evaluation	/
Assessment confirmation	/
Title	Committee meeting of ITRE from Wednesday, 25 June 2025 to Thursday, 26 June 2025
File Name	1323934_DOC_ITER_DOC.docx
Original UBI	
Delivered UBI	
Doc Refs	
Doc Refs (raw original)	1323934_DOC_ITER_DOC.docx
Translation Notes	Notes for Translation: [15/07 17:58] /1 Results of roll-call votes and presence list are not to be translated. Thank you. \\ alorigan
Pivot(s)	
Mef type	
Mef	
Rapporteur	

Figura 7. Exemplo de FdR (2)

Nas «*Translation Notes*», as pessoas responsáveis por enviar o documento para a Unidade de Tradução de cada idioma registam instruções destinadas aos tradutores. Estas notas têm como objetivo orientar o processo de tradução, especificando, por exemplo, a forma como o texto deve ser tratado, o que deve ou não ser traduzido, bem como outras indicações relevantes.

Preparação (PRE)

Quando um documento chega para PRE, o tradutor ou, frequentemente, assistentes de tradução, responsáveis pela preparação, devem abrir o documento no *StudioTwist*, ferramenta que está conectada ao *Trados Studio*, de modo a preparar o ficheiro antes da tradução propriamente dita.

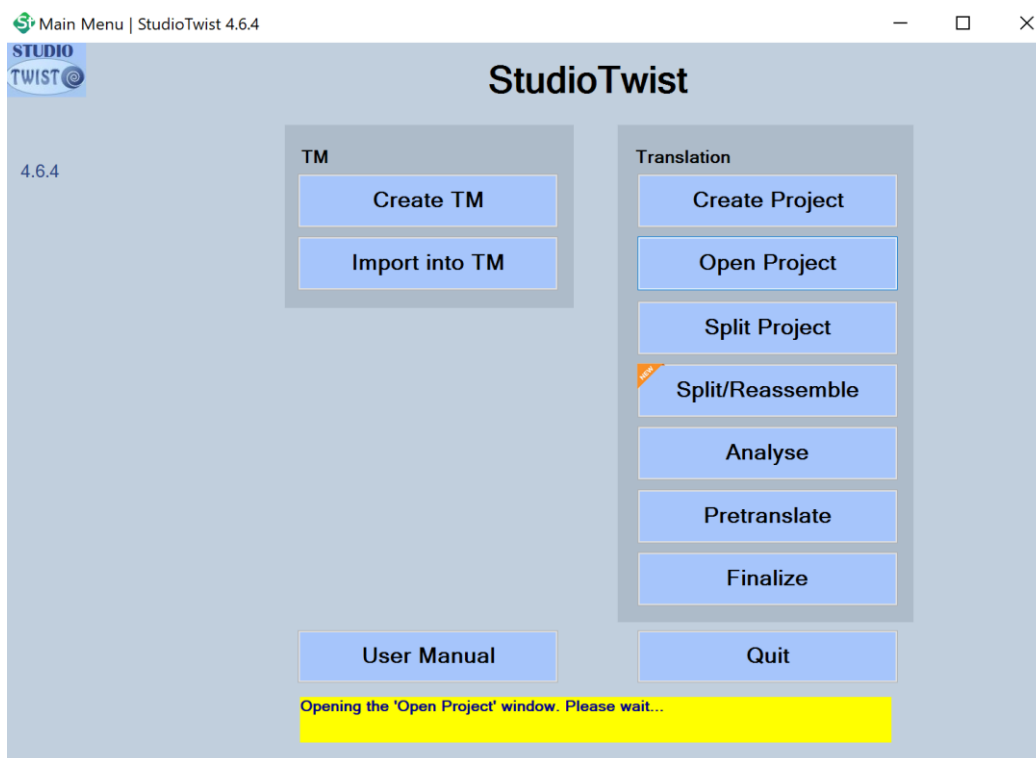


Figura 8. Menu principal do StudioTwist

A preparação inclui bloquear segmentos que não necessitam de tradução, como nomes de políticos, deputados ou expressões institucionais, por exemplo.

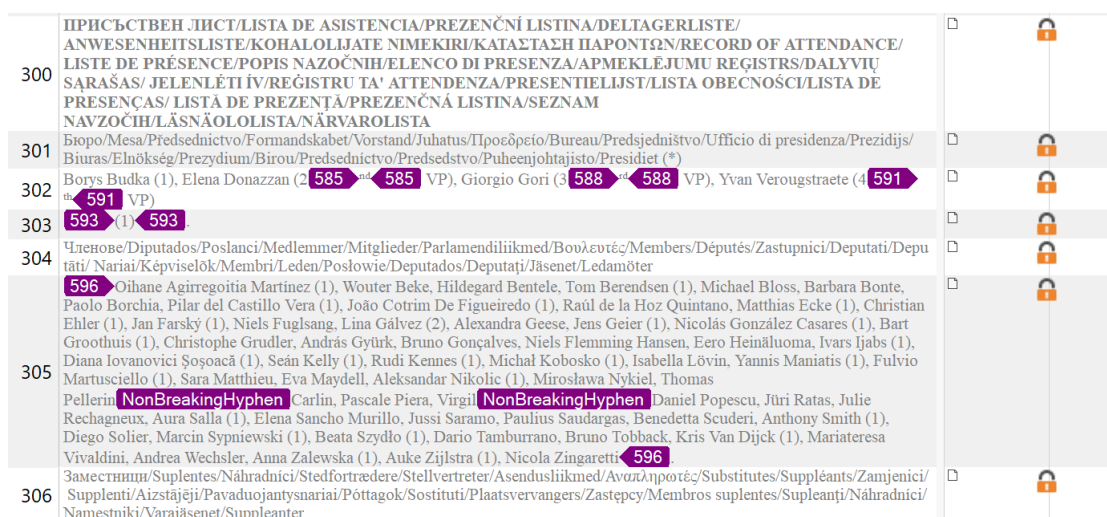


Figura 9. Exemplo de segmentos bloqueados (Lista de presenças)

Estes bloqueios garantem que o tradutor seguinte não traduza conteúdo que deve permanecer inalterado.

Como explicado anteriormente, estas instruções aparecem sempre indicadas nas FdR.

Tradução (TRA)

Se o documento chegava para tradução, os segmentos já vinham bloqueados pelo tradutor ou pelo secretariado responsável pela PRE.

O processo consistia em abrir o documento no *StudioTwist*, que permite inserir o número de FdR que está no *T-Flow*, e abrir diretamente no *Trados Studio*.

Durante a tradução, verificava no *T-Flow* o que estava indicado sobre o documento, seguindo sempre as instruções específicas.

Para termos ou conceitos desconhecidos, recorria à *IATE* para verificar terminologia oficial da UE.

View this entry: 1096352			
medical science [SOCIAL QUESTIONS, health]			COM
en	anthropic	***	[icons] COM
	human	***	[icons] COM
	anthropogene	***	[icons] COM
	man-induced	***	[icons] COM
pt	antrópico	***	[icons] COM

Figura 10. Exemplo de termo na IATE

As memórias de tradução (MT) eram também essenciais, permitindo consultar traduções anteriores e manter consistência terminológica e estilística.

45 Exchange of views with Rodrigo da Costa, Executive Director of the European Union Agency for the Space Programme (EUSPA)	100%	Troca de pontos de vista com Rodrigo da Costa, diretor executivo da Agência da União Europeia para o Programa Espacial (EUSPA)
---	------	--

Figura 11. Exemplo de uma MT

Revisão (REV)

Quando um documento chegava para revisão, isso significava que teria de rever a tradução de outro colega.

Durante esta fase, o meu trabalho consistia em verificar a consistência terminológica, a fidelidade ao texto original e a correta aplicação das instruções do *T-Flow*, de forma a garantir que o documento estava conforme as normas exigidas pelo Parlamento Europeu.

Após concluir a revisão, finalizava o documento no *T-Flow*, de modo que o tradutor original pudesse ver as alterações que fiz ao seu trabalho.

Em seguida, a mesma pessoa que havia traduzido o documento realizava a COR da minha revisão, ou seja, avaliava e ajustava as modificações que introduzi, antes do documento avançar para a fase de *Book-Out* (BKO). Caso o tradutor do documento não concorde com alguma alteração, deve-se chegar a um consenso, decidindo qual seria a melhor tradução.

Desta forma, o processo garante que cada tradução é cuidadosamente verificada por mais de uma pessoa, mantendo altos padrões de qualidade, consistência e precisão terminológica.

Correção (COR)

Na fase de correção, outro tradutor revê o trabalho final, corrigindo eventuais erros ou ajustes da revisão anterior.

***Book-Out* (BKO)**

O *Book-Out* (BKO) é a fase final, onde o documento é oficialmente enviado ou arquivado para distribuição/publicação.

Normalmente, tanto a PRE como o BKO são realizados pelas assistentes de tradução, mas também podem ser realizados pelos próprios tradutores.

Fase	Sigla	Quem realiza	Função
Preparação	PRE	Um tradutor ou assistente	Preparar o documento para tradução, bloqueando, se necessário, segmentos que não devem ser traduzidos.
Tradução	TRA	Tradutor a quem foi atribuído o trabalho	Traduzir o documento através do <i>Trados Studio</i> , recorrendo ou não a memórias de tradução (MT), bases de dados

terminológicas, entre outros.

Revisão	REV	Outro tradutor	Rever a tradução de outro colega, verificar consistência terminológica e fidelidade ao documento original.
Correção	COR	Tradutor original	Avaliar e corrigir alterações feitas na revisão, podendo discutir alterações para chegar a um consenso.
Book-out	BKO	Um tradutor ou assistente	Finalizar o documento no <i>T-Flow</i> , enviando-o para publicação ou arquivo oficial.

Tabela 3. Fases para a tradução de um documento

Durante o estágio, tive a oportunidade de trabalhar com todas as fases do processo de tradução institucional —PRE, TRA, REV e COR— o que me permitiu compreender aspetos práticos que não são tão explorados no mestrado. Apesar de já ter experiência com o *Trados Studio* durante a formação académica, no mestrado a utilização não inclui o fluxo completo de trabalho nem a integração com o *T-Flow* e o *StudioTwist*, ferramentas exclusivas do Parlamento.

Um exemplo prático foi o bloqueio de segmentos durante a preparação: no mestrado aprendemos o conceito, mas nunca o aplicámos de forma tão estruturada e sistemática. No Parlamento, preparar o ficheiro antes da TRA, identificar o que não deve ser traduzido e seguir as instruções da FdR mostrou-me como estas etapas facilitam a consistência terminológica e a eficiência do trabalho subsequente.

A utilização do *T-Flow* em ligação com o *StudioTwist* revelou-se particularmente intuitivo e prático. Conseguir gerir documentos, consultar MT e aceder às instruções detalhadas num único ambiente faz uma enorme diferença, tornando o processo mais organizado e permitindo concentrar-me na qualidade da tradução.

4.2. Desafios na tradução de documentos institucionais

Durante o estágio, enfrentei alguns desafios relacionados com a tradução de documentos institucionais.

Um dos principais desafios foi a ambiguidade terminológica. Muitos termos utilizados em inglês apresentam significados muito específicos no contexto da União Europeia, que nem sempre correspondem exatamente aos equivalentes em português. Por exemplo, termos como «*directive*» e «*regulation*» exigem uma tradução precisa — «diretiva» e «regulamento» —, mas o tradutor deve compreender as diferenças jurídicas entre ambos para evitar imprecisões. O mesmo se aplica a expressões como «*the Commission shall*», que, no contexto jurídico, deve ser traduzida como «a Comissão deve» e não «irá», de modo a manter o tom normativo do texto. Estes exemplos demonstram a importância de uma sólida compreensão terminológica e jurídica para garantir a exatidão e a coerência nas traduções institucionais.

Houve também dificuldades associadas às variações de estilo entre os diferentes tipos de documentos. Enquanto os relatórios e comunicados requeriam uma linguagem mais fluida e acessível, as resoluções e pareceres seguiam um registo jurídico muito formal, com construções sintáticas extensas e uso frequente de passivas. Um exemplo foi o termo «*calls on the Commission to ensure*», que deve ser traduzido como «insta a Comissão a garantir», e não de forma literal («chama a Comissão a assegurar»), a fim de respeitar a terminologia institucional consagrada.

A coerência terminológica e estilística foi outro aspeto exigente, especialmente em documentos extensos ou partilhados entre vários tradutores. Expressões como «*European Green Deal*», «*digital transition*» ou «*multiannual financial framework*» tinham de ser traduzidas sempre como «Pacto Ecológico Europeu», «transição digital» e «quadro financeiro plurianual», seguindo a terminologia oficial da *IATE (InterActive Terminology for Europe)*.

Por fim, os prazos frequentemente curtos e o elevado volume de documentos a traduzir exigiram uma gestão rigorosa do tempo, sem comprometer a consistência terminológica nem a precisão concetual.

**CAPÍTULO V – TERMINOLOGIA NO PARLAMENTO EUROPEU:
ENQUADRAMENTO TEÓRICO, FERRAMENTAS E PRÁTICA
PROFISSIONAL**

Neste capítulo aborda-se a terminologia enquanto área fundamental da tradução institucional, com especial enfoque no contexto do Parlamento Europeu. Parte-se de um enquadramento teórico do conceito de terminologia e das suas principais características, analisando de que forma esta contribui para a coerência, a precisão e a fiabilidade da tradução em contextos multilíngues. De seguida, são apresentadas as ferramentas terminológicas e tecnológicas utilizadas nas instituições europeias, bem como a sua aplicação prática no estágio realizado. Por fim, o capítulo reflete sobre a articulação entre a formação académica e a experiência profissional, evidenciando o papel central da terminologia na qualidade da tradução institucional.

5.1. O conceito de terminologia: enquadramento teórico

A terminologia é o ramo da linguística aplicada que estuda de forma sistemática os termos próprios de domínios especializados. Segundo Wüster (1991 [1931]), considerado o «pai da terminologia moderna», esta disciplina surgiu da necessidade de uniformizar a linguagem técnica e científica num contexto marcado pela industrialização e internacionalização do conhecimento, com um carácter normativo destinado a reduzir ambiguidades e a estabelecer equivalências terminológicas fiáveis.

Em abordagens mais recentes, a terminologia é entendida em estreita relação com a tradução e a comunicação institucional, sendo adaptada às exigências de contextos multilíngues e digitais. Autores como Temmerman (2020) e Bowker & Buitrago Ciro (2021) destacam a importância das bases terminológicas digitais, das memórias de tradução e das estratégias de harmonização conceptual em contextos multilíngues, como acontece no Parlamento Europeu. Estas perspetivas reforçam a ideia de que a terminologia deve acompanhar a evolução dos domínios especializados, garantindo consistência, clareza e precisão nos textos oficiais.

Esta base teórica permite compreender a relevância da terminologia no quotidiano da tradução institucional, servindo como suporte à uniformização, à coerência e à eficácia comunicativa. A aplicação prática destes conceitos será explorada de seguida, através da análise das suas vantagens e características na tradução institucional.

5.2. Vantagens da utilização da terminologia na tradução institucional

A utilização da terminologia em tradução institucional apresenta benefícios significativos, sobretudo no contexto multilíngue e jurídico do Parlamento Europeu. A gestão terminológica permite assegurar uniformidade e coerência entre diferentes versões linguísticas de um mesmo documento, evitando ambiguidades e inconsistências que poderiam comprometer a interpretação legal (Cabré, 2020; Bowker & Buitrago-Cirio, 2021).

Além da consistência, a terminologia contribui para ganhos de eficiência: a utilização de bases terminológicas digitais permite poupar tempo, reduzir erros e facilitar a tomada de decisões lexicológicas em documentos complexos. Por outro lado, promove clareza e precisão, essenciais para textos institucionais que devem ser compreendidos de forma inequívoca por todos os cidadãos (Temmerman, 2020).

Entre as principais características da terminologia, destacadas por Temmerman (2020) e Bowker & Buitrago-Cirio (2021), encontram-se:

- **Especialização:** termos ligados a domínios técnicos, legislativos ou institucionais;
- **Sistematicidade:** organização dos termos em redes conceptuais que refletem relações entre conceitos;
- **Consistência dinâmica:** adaptação contínua a novas práticas, contextos e atualizações legislativas;
- **Fiabilidade:** validação dos termos através de especialistas ou *corpora* institucionais, garantindo rigor e uniformidade.

A experiência prática no estágio permitiu observar como estas características se materializam no quotidiano profissional, reforçando a necessidade de uma gestão terminológica integrada e sistemática, que garanta tanto a precisão como a eficiência na produção de traduções oficiais.

A experiência prática observada durante o estágio evidenciou como estas características se materializam no quotidiano profissional, reforçando a necessidade de uma gestão terminológica integrada e sistemática, capaz de garantir tanto a precisão como a eficiência na produção de traduções oficiais. A conjugação entre o enquadramento conceptual e a aplicação prática evidencia como a consistência, clareza e fiabilidade terminológica são essenciais para assegurar a qualidade e a eficácia da tradução institucional no Parlamento Europeu.

5.3. Multilinguismo e complexidade terminológica no Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu trabalha com 24 línguas oficiais, o que torna a gestão terminológica particularmente exigente. Um erro terminológico pode alterar o sentido jurídico de um documento, com impacto direto em decisões legislativas e processos administrativos.

Neste contexto, a terminologia não se limita a uma dimensão linguística, assumindo-se como uma ferramenta de gestão do conhecimento e de coerência institucional. A necessidade de alinhamento terminológico estende-se ao trabalho interinstitucional com a Comissão Europeia e o Conselho, exigindo a utilização de referências comuns, sendo a *IATE* um instrumento central nesse processo (Parlamento Europeu, 2022).

5.4. Ferramentas de apoio à tradução e à pesquisa documental

Para apoiar o processo de tradução e assegurar consistência terminológica, o Parlamento Europeu recorre a diversas ferramentas de apoio, incluindo sistemas de tradução assistida por computador, memórias de tradução, tradução automática e pesquisa documental. Entre estas destacam-se *SDL Trados Studio* e os seus plug-ins, que permitem aceder rapidamente a bases como *IATE*, *DocFinder* e *SIRIUS*, aumentando a eficiência e a precisão do trabalho. A tabela abaixo apresenta estas e outras ferramentas, a sua função principal e o impacto observado na prática profissional.

Ferramenta	Função principal	Impacto observado
<i>Trados Studio</i>	Tradução assistida por computador	Permite gestão de memórias de tradução e segmentação de texto
<i>Plug-ins</i>	Acesso direto a <i>IATE</i> , <i>DocFinder</i> e <i>SIRIUS</i>	Facilita consulta rápida de termos e documentos
<i>DocFinder/SIRIUS</i>	Pesquisa documental interna	Reduz tempo de localização de documentos e assegura precisão

EURAMIS	Memória de tradução	Permite aproveitar traduções anteriores, garantindo consistência entre documentos
<i>eTranslation</i>	Tradução automática	Apoio em textos repetitivos ou padrão, sempre com revisão

Tabela 2. Ferramentas de apoio à tradução e à pesquisa documental

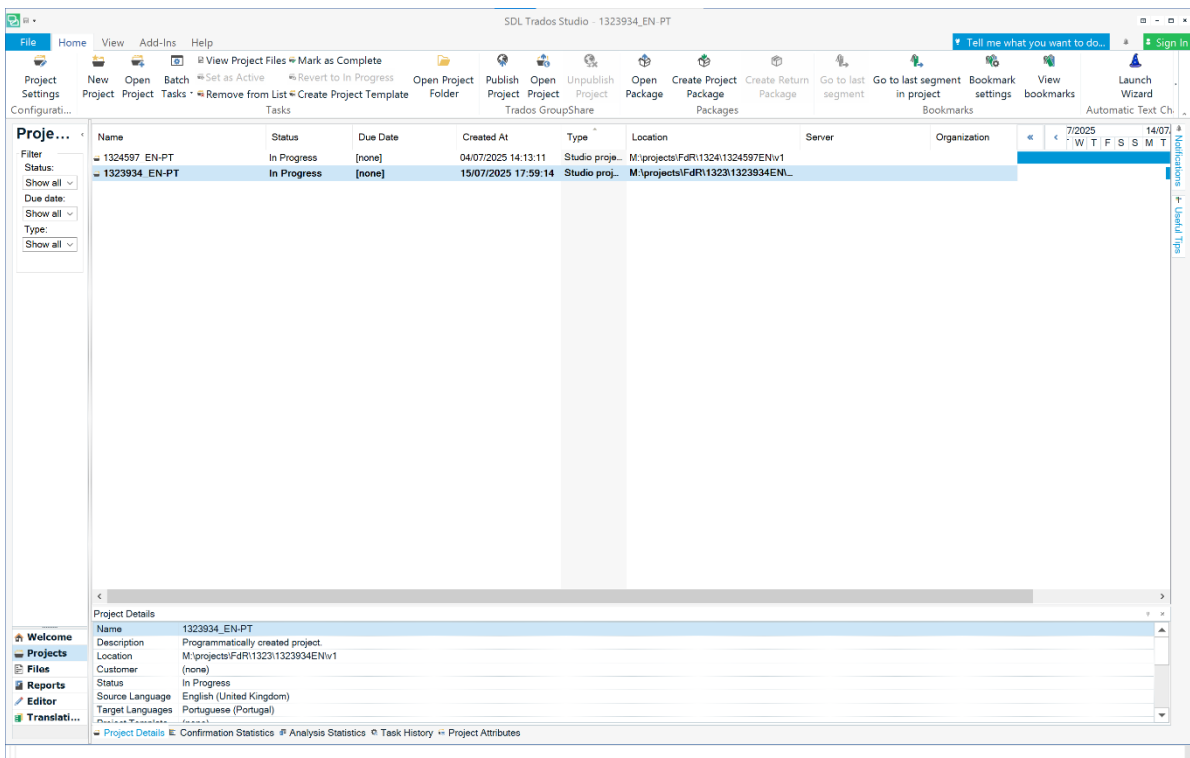


Figura 20. Trados

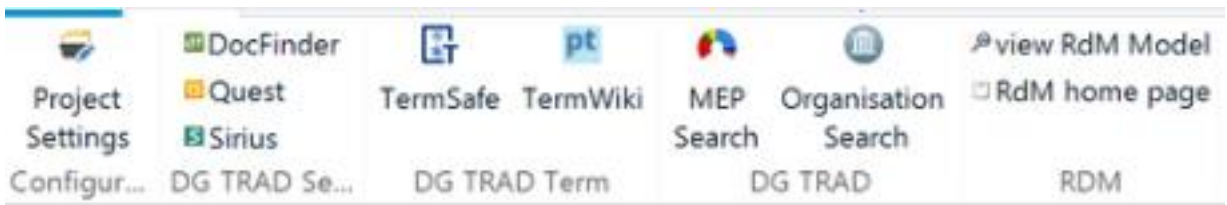


Figura 21. Plug-ins

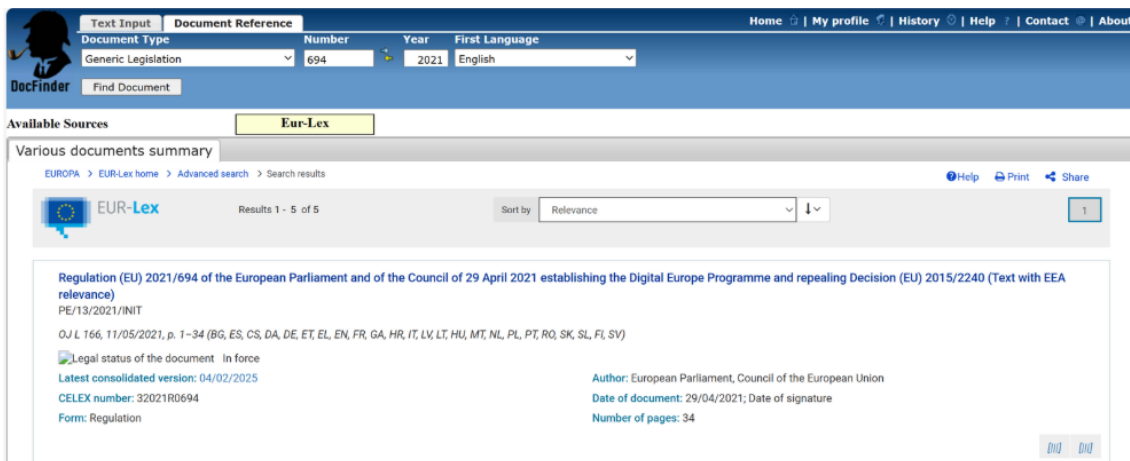


Figura 22. DocFinder

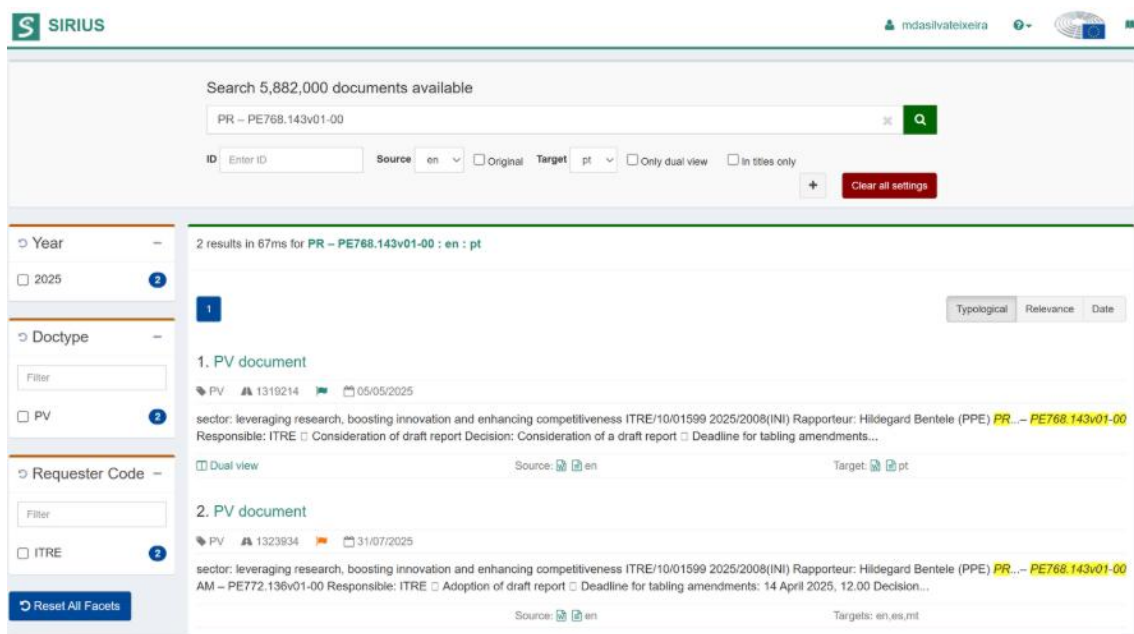


Figura 23. SIRIUS

5.5. Ferramentas terminológicas

A *IATE* é uma base terminológica interinstitucional, criada para garantir que todas as instituições utilizam os mesmos termos. Disponível ao público, é atualizada diariamente e cobre todas as áreas da política europeia (fonte própria).

Figura 24. IATE

A *EUR-Lex* é uma base jurídica que reúne tratados, regulamentos, diretivas e o Jornal Oficial da União Europeia em todas as línguas oficiais. Serve de referência central para os tradutores, assegurando acesso às versões autênticas dos textos (fonte própria).

Título e ano do documento	Jornal Oficial
Tratado da União Europeia (Versão consolidada 2016)	JO C 202 de 7.6.2016
Preambulo	JO C 202 de 7.6.2016, p. 15–16
Artigos (1-55) > Ver tudo	JO C 202 de 7.6.2016, p. 16–45
Protocolos (1-37) > Ver tudo	JO C 202 de 7.6.2016, p. 201–329
Declarações (1-65) > Ver tudo	JO C 202 de 7.6.2016, p. 337–361

Figura 25. EUR-Lex

O *Quest* é um motor de busca interno que agrega *IATE*, *EUR-Lex* e *EURAMIS*, funcionando como um «Google da tradução», ou seja, um motor de busca dentro do Parlamento (fonte própria).

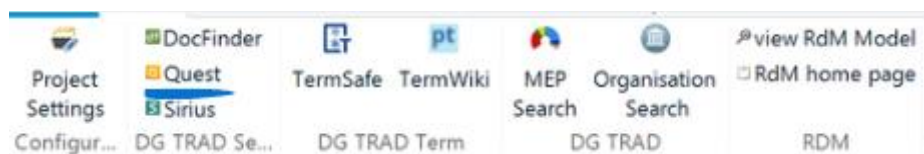


Figura 26. *Quest*

5.6. Limitações do *software* comercial na tradução institucional

Programas de tradução assistida por computador, como o *Trados Studio*, são amplamente utilizados na indústria da tradução, mas apresentam limitações graves no contexto europeu:

- **Falta integração com memórias de tradução interinstitucionais.** As ferramentas comerciais de tradução assistida por computador não permitem integração direta com memórias de tradução interinstitucionais, impedindo que os tradutores reutilizem segmentos previamente validados, o que aumenta o risco de inconsistências terminológicas;
- **Impossibilidade de bloquear segmentos críticos;**
- **Rastreabilidade limitada;**
- **Não gerem fluxos complexos de revisão (*T-Flow*).**

Por estas razões, surgem ferramentas internas como o *CAT4TRAD* e o *StudioTwist*, desenvolvidas à medida das necessidades institucionais e jurídicas do Parlamento.

Aspeto	<i>Trados Studio</i>	<i>CAT4TRAD/StudioTwist</i>
Integração interinstitucional MT	Não	Sim
Bloqueio de segmentos	Não	Sim

Rastreabilidade	Não	Sim
Coerência jurídica	Não	Sim
Fluxos complexos (PRE, TRA, REV, COR, BKO)	Não	Sim

Tabela 5. Limitações do software comercial vs ferramentas internas

5.7. Ferramentas específicas do Parlamento: *CAT4TRAD*

O *CAT4TRAD* é projetado para documentos altamente especializados e juridicamente sensíveis:

Tipos de documentos: Ordens do Dia (OJ), Alterações Orçamentais (AM);

Funcionalidades: pré-tradução automática, integração com MT e *IATE*, visualização do documento final;

Limitações: apenas para conteúdos especializados, depende de MT atualizadas, não disponível a tradutores externos.

Aspeto	Função	Observação prática
Pré-tradução automática	Aplica MT	Segmentos não correspondentes destacados
Visualização final	Revisão do <i>layout</i> e conteúdo	Mantém consistência visual e terminológica
Exclusividade	Confidencialidade	Apenas para tradutores internos do PE
Limitação	Conteúdos especializados	Não adequado para tradução geral

Tabela 6. *CAT4TRAD* - Características e limitações

5.8. *StudioTwist*: integração e funcionalidade

O *StudioTwist* é uma versão adaptada do *Trados Studio*, desenvolvida especificamente para o Parlamento Europeu, integrando-se totalmente no ecossistema interno de tradução. Ao contrário do *software* comercial padrão, esta ferramenta foi concebida para trabalhar diretamente com os fluxos internos de documentos, como o *T-Flow*, garantindo uma ligação contínua entre todas as fases do processo tradutivo.

Funcionalidade	Impacto na tradução	Observação prática
Integração <i>T-Flow</i>	Acesso direto aos documentos	Evita transferências manuais
Acesso a instruções	Bloqueio de segmentos críticos	Reduz erros e mantém coerência
Ligação a MT/ <i>IATE</i>	Consistência terminológica	Facilita utilização de termos validados
Ambiente unificado	Centraliza tarefas	Maior eficiência e controlo
Rastreabilidade	Controlo de alterações	Transparência e segurança institucional

Tabela 7. Benefícios do *StudioTwist*

5.9. Da teoria à prática: da sala de aula ao estágio

Durante o mestrado, o recurso a bases de dados terminológicas, como a *IATE*, não teve um papel central no meu processo de tradução. A minha prática baseava-se sobretudo em pesquisas aprofundadas na Internet, recorrendo a diferentes fontes para validar opções terminológicas, incluindo glossários académicos, o *EuroVoc*, motores de busca de traduções como o *Linguee*, e dicionários especializados, como o *Cambridge Dictionary*, o *Oxford English Dictionary* e o *Reverso Context*. Nos trabalhos de grupo, eu e as minhas colegas seguíamos uma metodologia colaborativa: cada uma realizava a sua pesquisa individual e, posteriormente, reuníamos os resultados numa tabela partilhada. Esse processo permitia que todas tivéssemos acesso às escolhas terminológicas das restantes, assegurando coerência ao longo do documento traduzido pelo grupo.

No entanto, durante o estágio no Parlamento Europeu, a realidade foi distinta. O recurso à *IATE* revelou-se indispensável, não só para confirmar equivalências como também para

manter a coerência terminológica em documentos de elevada complexidade. Além disso, as memórias de tradução disponíveis foram uma mais-valia, na medida em que permitiram reutilizar segmentos já traduzidos, poupando tempo e reduzindo o risco de inconsistências. Num contexto em que os documentos abordam frequentemente os mesmos temas ou retomam a mesma legislação, as MT constituem um recurso de grande utilidade para os tradutores.

Esta diferença evidencia a disparidade entre o contexto académico e o contexto institucional. No mestrado, os textos eram predominantemente académicos, muitas vezes simulados ou adaptados, e a terminologia visava sobretudo a coerência interna dos trabalhos pontuais. No Parlamento, os documentos eram oficiais, com valor jurídico e impacto real, exigindo responsabilidade acrescida e um elevado grau de rigor.

Os objetivos da terminologia variavam também entre os dois contextos: enquanto no mestrado se centrava na consistência interna dos documentos traduzidos em aula, no estágio a terminologia assumia uma função de normalização interinstitucional e de contribuição para uma base de dados (*IATE*) utilizada pelos tradutores das instituições da União Europeia. Neste contexto, a gestão colaborativa revelou-se fundamental, pois não se tratava apenas de harmonizar termos internamente numa equipa, mas também de garantir a atualização e uniformização terminológica interinstitucional, permitindo que tradutores de diferentes unidades e países trabalhassem de forma consistente sobre os mesmos conceitos e documentos.

Por fim, destaca-se a transferência de competências: a metodologia colaborativa aplicada no mestrado — através das tabelas partilhadas e comparação de termos — encontrou paralelos no Parlamento, onde existe um esforço coletivo e interinstitucional de uniformização. Dessa forma, a experiência académica revelou-se uma preparação valiosa para compreender a importância da coerência terminológica e do trabalho colaborativo num contexto profissional exigente como o do Parlamento.

Além disso, esta experiência permitiu refletir sobre a importância da terminologia na tradução jurídica e política europeia. A escolha correta dos termos garante precisão e fidelidade ao texto original e influencia a interpretação dos documentos traduzidos. A terminologia é, assim, uma ferramenta essencial para assegurar que o sentido das leis, regulamentos e decisões institucionais é transmitido de forma clara e uniforme em todas as línguas oficiais da União Europeia.

5.10. Reflexão final

A tradução no Parlamento Europeu envolve um conjunto complexo de fatores institucionais, jurídicos e terminológicos.

O multilinguismo e a necessidade de coerência interinstitucional tornam imprescindível a utilização de ferramentas especializadas, como o *CAT4TRAD* e o *StudioTwist*, que vão além das capacidades e funcionalidades dos *softwares* comerciais. Estas aplicações asseguram precisão terminológica, rastreabilidade, integração com memórias de tradução e segurança de dados, permitindo que cada documento mantenha o significado em todas as línguas oficiais e cumpra os rigorosos padrões institucionais.

Embora o *CAT4TRAD* seja limitado a documentos altamente especializados e não acessível a tradutores externos, e o *StudioTwist* funcione como uma adaptação interna do *Trados Studio*, ambas as ferramentas ilustram a necessidade de soluções personalizadas para contextos institucionais complexos. Assim, entendemos que a terminologia, aliada a tecnologia desenvolvida à medida, é um instrumento estratégico que garante a eficácia, a fiabilidade e a uniformidade da tradução na União Europeia (fonte própria, Parlamento Europeu (2022); União Europeia (2023)).

O estágio realizado na Unidade de Tradução Portuguesa do Parlamento Europeu constituiu uma experiência determinante para a consolidação do percurso académico, permitindo aplicar conhecimentos teóricos em contextos institucionais reais, desenvolver competências práticas essenciais e refletir sobre a dimensão ética e social da tradução institucional.

Durante o estágio, participei em diversas atividades complementares, incluindo missões a Bruxelas e Estrasburgo, projetos tecnológicos como o *Speech-to-Text*, projetos terminológicos e tradução de documentos oficiais. As missões possibilitaram acompanhar o funcionamento interno das unidades de tradução e observar os processos colaborativos. Os projetos permitiram aplicar e aprofundar competências em validação terminológica, harmonização de termos e transcrição de conteúdos multilíngues, enquanto a tradução de documentos institucionais constituiu a aplicação consolidada dessas aprendizagens, assegurando coerência, precisão e fiabilidade terminológica em textos jurídicos e administrativos.

A formação académica revelou-se essencial para compreender conceitos-chave em terminologia e tradução especializada e desenvolver competências analíticas e metodológicas. No entanto, a experiência prática evidenciou que o conhecimento teórico, por si só, não é suficiente. A utilização constante de ferramentas digitais avançadas, como memórias de tradução (*EURAMIS*) e bases terminológicas (*IATE*), e a necessidade de tomar decisões terminológicas rápidas e fundamentadas exigem adaptabilidade e autonomia que só a prática proporciona.

Ao longo do estágio, foi possível consolidar competências essenciais para a prática profissional, incluindo rigor terminológico, gestão eficiente do tempo e das prioridades, trabalho colaborativo e comunicação clara em contextos institucionais. A vivência de situações complexas, como divergências terminológicas entre línguas, decisões de tradução difíceis e prazos apertados, contribuiu não só para a aprendizagem técnica, mas também para o fortalecimento da confiança, autonomia e capacidade de análise crítica.

A experiência permitiu ainda refletir sobre a função social e ética do tradutor institucional. Ao garantir que os documentos oficiais são compreendidos em todas as línguas da União Europeia, o tradutor contribui para a transparência, inclusão e democracia linguística,

assumindo-se como agente essencial na construção de uma Europa multilíngue e intercultural. A integração de tecnologias de apoio à tradução evidencia oportunidades e riscos: se bem utilizadas, aumentam a eficiência e a precisão, mas não substituem o julgamento crítico do tradutor, indispensável para assegurar a coerência e fiabilidade do texto final (O'Hagan, 2013; Kenny, 2022).

Em suma, este estágio constituiu um marco significativo no meu percurso académico e profissional, consolidando e expandindo conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado, reforçando competências técnicas, digitais e transversais, e fortalecendo a consciência sobre a responsabilidade ética e social do tradutor. Esta experiência preparou-me para enfrentar os desafios futuros da profissão com maior rigor, autonomia e sensibilidade, num contexto multilíngue e institucional complexo como o do Parlamento Europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bowker, L., & Buitrago Ciro, J. (2021). *Machine Translation and Global Research: Towards Improved Machine Translation Literacy in the Scholarly Community*. Emerald Publishing.

Cabré, M. T. (1999). *Terminology: Theory, Methods and Applications*. Amsterdam: John Benjamins.

European Parliamentary Research Service. (2017). *Legal aspects of EU multilingualism*. Disponível em:

https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/595914/EPRS_BRI%282017%29595914_EN.pdf, consultado em 21 de outubro de 2025.

European Parliamentary Research Service. (2019). *Multilingualism: The language of the European Parliament (EPRS Briefing)*. Disponível em:

https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642207/EPRS_BRI%282019%29642207_EN.pdf, consultado em 21 de outubro de 2025.

European Parliament. (s.d.). *Introduction | Translation*. Disponível em:

<https://www.europarl.europa.eu/translation/en/introduction>, consultado em 21 de outubro de 2025.

European Parliament. (s.d.). *Organisation | Translation at the European Parliament*.

Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/translation/en/translation-at-the-european-parliament/organisation>, consultado em 21 de outubro de 2025.

European Parliament. (s.d.). *Profile | The translator*. Disponível em:

<https://www.europarl.europa.eu/translation/pt/the-translator/profile>, consultado em 30 de outubro de 2025.

European Parliament. (s.d.). *Document types | Translation at the European Parliament*.

Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/translation/en/translation-at-the-european-parliament/document-types>, consultado em 21 de outubro de 2025.

European Parliament. (s.d.). *Multilingualism*. Disponível em:

<https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/en/organisation-and-rules/multilingualism>, consultado em 21 de outubro de 2025.

- European Parliament. (s.d.). *How the profession is evolving* | *Translation at the European Parliament*. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/translation/en/translation-at-the-european-parliament/how-the-profession-is-evolving>, consultado em 21 de outubro de 2025.
- European Parliament. (s.d.). *Technology to support translation*. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/translation/en/translation-at-the-european-parliament/technology-to-support-translation>, consultado em 21 de outubro de 2025.
- European Union. (2023). *EUR-Lex — Access to European Union law*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/>, consultado em 21 de outubro de 2025.
- European Union. (2016). *EUR-Lex. Jornal Oficial da União Europeia. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada)*. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF, consultado em 30 de outubro de 2025.
- European Union. (2017). *EUR-Lex. Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA)*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/treaty-establishing-the-european-coal-and-steel-community-ecsc-treaty.html>, consultado em 30 de outubro de 2025.
- European Union. (s.d.). *European Parliament*. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/search-all-eu-institutions-and-bodies/european-parliament_en, consultado em 30 de outubro de 2025.
- European Union. (s.d.). *Languages*. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/languages_en, consultado em 30 de outubro de 2025.
- IATE. (s.d.). *About IATE / IATE — Interactive Terminology for Europe*. Disponível em: <https://iate.europa.eu/about>, consultado em 21 de outubro de 2025.
- Kenny, D. (Ed.). (2022). *Machine Translation for Everyone: Empowering Users in the Age of Artificial Intelligence*. Language Science Press.
- Krieger, M. G., & Finatto, M. J. B. (2004). *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto.

- Nida, E. A. (1964). *Toward a Science of Translating*. Leiden: E.J. Brill.
- Nida, E. A., & Taber, C. R. (1969). *The Theory and Practice of Translation*. Leiden: Brill.
- O'Hagan, M. (Ed.). (2013). *The Routledge Handbook of Translation and Technology*. Routledge.
- Publications Office of the EU. (s.d.). *O que é a União Europeia?* Disponível em: https://op.europa.eu/webpub/com/eu-and-me/pt/WHAT_IS_THE_EUROPEAN_UNION.html, consultado em 30 de outubro de 2025.
- Pym, A. (2011). *Exploring Translation Theories*. Routledge.
- Šarčević, S. (Ed.). (2015). *Language and Culture in EU Law: Multidisciplinary Perspectives*. Routledge / Ashgate.
- Svoboda, T., Biel, Ł., & Sosoni, V. (Eds.). (2023). *Institutional Translator Training*. Routledge.
- van der Jeught, S. (2018). *Terminology and Translation*. John Benjamins.
- Wüster, E. (1991 [1931]). *Terminology und Wissensordnung*. Springer.

APÊNDICES

Apêndice I – Projeto *IATE* 1 - Terminologia

[Grelha Final DD](#)

Apêndice II – Projeto *IATE 2* - Terminologia

[Grelha Final HR](#)

Apêndice III – Exemplo 1 de termo inserido na *IATE*

[Termo: «meta de conectividade da Década Digital»](#)

Apêndice IV - Exemplo 2 de termo inserido na *LATE*

Termo: «Conectividade de base»

Apêndice V - Exemplo 3 de termo inserido na *LATE*

Termo: «infraestrutura digital»

Apêndice VI - Exemplo 4 de termo inserido na *LATE*

Termo: «infraestrutura em nuvem»

Apêndice VII - Exemplo 5 de termo inserido na *LATE*

Termo: «princípio digital»

Apêndice VIII - Exemplo 6 de termo inserido na *IATE*

[Termo: «advogado de defesa em processo penal»](#)

Apêndice IX - Exemplo 7 de termo inserido na *LATE*

Termo: «centro de detenção»

Apêndice X - Exemplo 8 de termo inserido na *LATE*

Termo: «entrega efetiva»

Apêndice XI - Exemplo 9 de termo inserido na *IATE*

[Termo: «detenção injustificada»](#)

Apêndice XII – Fotografia no sítio Web da UdTP



MARIANA DA SILVA TEIXEIRA

EN • ES

ANEXOS

Anexo I – *Traineeship Agreement*

[Traineeship Agreement](#)

Anexo II – Plano de Estágio de Mestrado

[Plano de Estágio](#)

Anexo III – Certificado de Terminologia

[Certificado de Terminologia](#)

Anexo IV – Certificado de Estágio

[Certificado de Estágio](#)

Anexo V – Diploma

[Diploma](#)